

# A REPUBLICA

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO

Redacção: Rua de André de Albuquerque, 4 - Natal - Estado do Rio Grande do Norte

PUBLICAÇÃO SEMANAL

REPRESENTANTE E PROPRIETARIO

Dr. João Baptista Aguiar de Albuquerque

As subscrições e a circulação são feitas em todo o Brasil e no exterior por meio de correspondentes para esse fim.



Verbena Nidiane de Moura Ribeiro

*Datas comemorativas e imprensa:*

*a construção de uma memória republicana no*

*Rio Grande do Norte (1890 - 1896)*

Verbena Nidiane de Moura Ribeiro

**Datas comemorativas e imprensa:  
a construção de uma memória republicana no Rio  
Grande do Norte (1890-1896)**

Monografia apresentada à disciplina  
Pesquisa Histórica II, sob orientação do  
Professor Almir de Carvalho Bueno, do  
Curso de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte.



Natal/RN  
2005  
04.2

**Aos meus pais, meus melhores amigos.**

## Agradecimentos

Ao professor Almir Bueno que durante os dois anos como sua bolsista foi para mim mais que um orientador, foi um mestre paciente que, ao confiar em mim, ensinou-me a confiar em mim mesma.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico e a Ana Verônica pela colaboração nas longas horas de pesquisa.

A todos os professores do Departamento de História pela contribuição em minha formação.

A Xandi, pelo apoio e companheirismo na reta final do trabalho.

A FeLL, que amigavelmente dedicou seu tempo na elaboração da capa e das figuras.

Aos meus amigos.

## Sumário

Introdução	5
Capítulo 1 - Datas, imprensa e memória	8
Capítulo 2 - A imprensa exalta a República	18
Capítulo 3 – A imprensa oposicionista comemora a República	33
Conclusão	48
Fontes e Bibliografia	50
Anexo A – Figuras	52
Anexo B – Tabelas	59
Anexo C – Gráficos	65

## Introdução

No Rio Grande do Norte há uma carência de trabalhos que estudem as formas pelas quais o governo republicano se utilizou para tornar o regime legítimo na transição da Monarquia para a República. Estudos como *A formação das almas* de José Murilo de Carvalho<sup>1</sup>, nos trazem alguns aspectos da tentativa de legitimação do regime republicano no Brasil, como a criação de heróis, bandeiras e hinos. Lúcia Lippi de Oliveira<sup>2</sup>, em seu artigo *As festas que a República manda guardar* trata da quebra de uma tradição monárquica e a tentativa da construção de uma nova tradição republicana, de uma memória, através de um universo simbólico representado pelas comemorações festivas, pelas datas que deveriam ser lembradas. Aqui no Rio Grande do Norte, porém, não foi encontrada nenhuma pesquisa que tenha analisado, até então, este aspecto da história do estado.

Em 2004 foi iniciado o projeto de pesquisa *República e Legitimidade: a construção do imaginário republicano no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, coordenado pelo Profº Almir de Carvalho Bueno do Departamento de História da UFRN<sup>3</sup>. Este projeto pretende estudar como se desenvolveu a construção dessa tradição republicana aqui no estado, que mecanismos foram utilizados para se alcançar este objetivo. E foi em contato com a pesquisa, com a leitura sobre a temática, que surgiu a idéia de estudar como a imprensa, um dos principais veículos de divulgação de idéias no início da República, contribuiu para a legitimação do recém-criado regime. Carla Siqueira, em seu artigo *A imprensa comemora a República: memórias em luta* \*

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *As festas que a República manda guardar*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.

<sup>3</sup> Projeto registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN, no qual sou bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq.

\*  
Atualid  
em 7  
ago.

no 15 de Novembro de 1890<sup>4</sup>, foi um importante referencial sobre a relação entre imprensa e as datas comemorativas.

A escolha dos jornais não só como fonte, mas como objeto de investigação, justifica-se por compreendermos que a imprensa é um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”<sup>5</sup>, bem como os jornais constituem “a mais rica fonte, a que espasa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete [m] as relações na sociedade...”<sup>6</sup>. No início da República no Rio Grande do Norte, a imprensa partidária, nas diversas correntes de opinião existentes no período, foi a forma privilegiada de divulgação de pensamentos e de propostas políticas para a sociedade.

Os primeiros anos da República no Rio Grande do Norte, que vão da proclamação até o final do governo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, em 1896, foram dos mais conturbados do regime, tendo o governo estadual que enfrentar as oposições formadas. Os republicanos tiveram ainda de se preocupar com a divulgação do novo regime, levá-lo mais próximo do povo, legitimá-lo. Em janeiro de 1890 o governo federal já demonstrava sua preocupação com a construção da memória republicana decretando as datas que deveriam ser festejadas. E em agosto do mesmo ano, o governo estadual instituiu as datas caras à memória republicana no Rio Grande do Norte. Entre os anos instáveis de 1890 a 1896 essas datas, divulgadas e comemoradas também pela imprensa, foram uma “arma” na tentativa de consolidação do regime.

No Rio Grande do Norte, no período pesquisado, os principais jornais em circulação em Natal eram *A República*, *O Caixeiro*, *Rio Grande do Norte*, *O Nortista*<sup>7</sup> e o *Diário do Natal*, os dois primeiros eram porta-vozes da situação e os outros da oposição. Estes jornais

<sup>4</sup> SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

<sup>5</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

<sup>6</sup> WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 282.

<sup>7</sup> *O Nortista* começou a ser publicado na cidade de São José do Mipibú, onde seu editor, Elias Ferreira Souto, residia. Em março de 1893 mudou-se para Natal continuando a publicação do jornal na capital.

eram representantes de grupos políticos em conflito nesta época. A principal referência sobre a história política no estado foi o livro *Visões de República*, de Almir Bueno<sup>8</sup>, que contribuiu de forma significativa para o entendimento das idéias e práticas políticas desenvolvidas por aqueles grupos nos primeiros anos da República, pois os jornais, principais veículos de divulgação de idéias no período, não deixavam de transmitir seus princípios nos artigos comemorativos.

Assim, tendo em vista os grupos em conflito nos conturbados primeiros anos da República no Rio Grande do Norte, a monografia foi composta por três momentos. No primeiro capítulo, discutimos a relação entre as datas comemorativas, imprensa e a formação de uma memória republicana. Em seguida, mostramos como a imprensa situacionista noticiava as datas comemorativas, tentando analisar as idéias do grupo que estava por trás dos jornais; assim como, no terceiro capítulo, tentamos mostrar como as oposições apresentavam estas mesmas datas, fazendo uma comparação entre as visões políticas transparecidas nos seus artigos, em relação dos da situação. Analisar como esses jornais, porta-vozes dos principais grupos políticos do estado, divulgavam as datas comemorativas, foi o objetivo desta pesquisa, que procurou contribuir para um melhor entendimento sobre a construção da República no Rio Grande do Norte.

- ①
- As datas comemorativas - construídas pelos jornais
  - Jornais - porta-vozes dos grupos → Atuação de autoridade intelectual
- [
- Quem escrevia? Se artigos assinados? - quem?
  - No-ss - intelectuais e políticos → porque aceitam seu hipoteseis
- ②
- Depois, 1904, consenso, ou encobrimento da oposição, (A República)
  - IHRON - produtor de ...

<sup>8</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002.

## Capítulo 1

---

### Datas, imprensa e memória

A maneira como a República foi instituída no Brasil desencadeou ações ou medidas para tornar o regime legítimo, autêntico, reconhecido pelo povo, pois, todo novo regime político precisa dessa legitimação. Uma das formas encontradas foi estipular datas comemorativas para lembrar os eventos caros ao novo regime, construindo-se assim, um passado de lutas pelos ideais republicanos, uma memória republicana. Os jornais, como principal meio de comunicação e divulgação de idéias políticas nesse período de transição, tiveram o importante papel de auxiliar na construção dessa memória republicana através de artigos ou notícias relacionados às datas comemorativas.

A proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, pegou de surpresa seus próprios partidários. O fato da queda do Império ter sido concretizada pelos militares, que até a Guerra do Paraguai não tinham “atuação reconhecida na história nacional” e nem mesmo tinham maior contato com o centro republicano mais organizado, o paulista, deixou todos atônitos e “não garantiu a institucionalização da nova ordem nem sua legitimidade”<sup>9</sup>. Foi a afirmação dessa nova ordem, sua legitimação, um dos maiores problemas enfrentados pelos republicanos nos primeiros anos do regime.

A República, como novo regime político adotado pelo Brasil, precisava lançar as bases ideológicas para uma nova organização da vida social e política. A queda do regime monárquico “não implicou a invenção positiva de uma nova ordem”, caracterizando os primeiros anos da República mais pela “ausência de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela criação de novas formas de organização política”<sup>10</sup>. Assim, os anos

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.175.

<sup>10</sup> Idéia de Renato Lessa desenvolvida por SIQUEIRA, op. cit., p.163. Os dez primeiros anos da República no Brasil foram marcados por momentos de efervescência política, aos quais Renato Lessa chama de “anos

Vai  
para o  
texto

iniciais do novo regime foram consumidos pela tentativa de legitimá-lo perante a sociedade. Seguindo o exemplo da Revolução Francesa, “pródiga em construir símbolos nacionais capazes de garantir coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática”<sup>11</sup>, o governo republicano tratou logo da legitimação do regime através da construção de uma memória oficial dos fatos e da criação de símbolos que fossem garantir uma identificação com o republicanismo.

A República no Brasil foi instalada a partir de movimentos elitizados, tendo o povo ficado à parte de todo o processo<sup>12</sup>. No entanto, um dos princípios republicanos mais genuínos acreditava que a República deveria ser feita pelo povo, ser legitimada por ele. Acreditava-se ser necessário um

extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite [que] não poderia ser feito por meio do discurso inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos<sup>13</sup>.

Uma das armas utilizadas pelos “revolucionários republicanos” no Brasil foi a institucionalização de datas comemorativas que lembrassem a grande evolução política nacional. Segundo José Murilo de Carvalho, “não decorrera ainda um mês da proclamação da República” e já era anotada “a tentativa dos vencedores do 15 de novembro de construir uma versão oficial dos fatos destinada à história”<sup>14</sup>. Era uma batalha travada “em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos

---

entrópicos”. O autor argumenta que, devido a uma “legislação errática republicana que, ao tentar superar o vazio institucional provocado pela queda do Império”, e, também, “o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política”. Para conhecer melhor esse conceito ver LESSA, Renato. A invenção republicana. Rio de Janeiro: VÉRTICE/IUPERJ, 1988, p. 49.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, op.cit., p. 173.

<sup>12</sup> Afirmção debatida por CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9 e retomada em Id. A formação das almas, op. cit., p. 9.

<sup>13</sup> Id. A formação das almas, p.10.

<sup>14</sup> Id. Ibid. p. 35.

valores republicanos”. Batalha essa que era também pela “alma” e “coração” do povo, “pela construção de uma versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem”. Estava-se no período da construção de uma história nacional, de uma identidade nacional, de uma nação republicana. Pois, conforme afirma Lúcia L. Oliveira:



A nação enquanto uma ‘comunidade política imaginária’ precisou organizar e disciplinar os indivíduos, constituindo uma memória nacional. Os nacionalistas desenvolveram com grande empenho a construção da memória. Para eles, inspirados nas idéias românticas, a memória é um objeto fundamental para a identidade da nação.<sup>15</sup>

Os idealizadores da República no Brasil tinham consciência da importância das lembranças que ficariam guardadas para a posteridade pelo povo, ou seja, da memória coletiva, a qual logo trataram de construir, erigindo assim uma história nacional do ponto de vista republicano. Esta memória seria uma “atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre presente e passado”<sup>16</sup>; porém, esta visão de memória ignora uma das funções dela, a função política. Pois,

toda memória é fundamentalmente ‘criação do passado’: uma reconstrução engajada do passado [...] e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais [...] apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. O que é aqui colocado, [...] é, portanto, a relação entre *memória* e (*contra*) *poder*, memória e política<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, op.cit, p. 174.

<sup>16</sup> Conceito do sociólogo Maurice Halbwachs desenvolvido em BRESCIANNI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: UNICAMP/FAPESP/CNPq, 2001, p.40.

<sup>17</sup> Idem, op.cit., p.42

Portanto, a memória, em sua função política, é ativada visando, de alguma forma, o controle do passado, e, conseqüentemente, do presente; como a seguir afirma Stella Brescianni e

Márcia Nákara:

Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações ...). Noção de que a memória torna poderoso (s) aquele (s) que gere (m) e controla (m). Nessa abordagem, a função da memória, potencializada particularmente nos momentos de crise e rupturas históricas, é a de servir à história. [Então], a memória tem um destino prático, realiza a síntese do passado e do presente visando ao futuro, contrai os momentos passados para deles 'se servir' e para que isso manifeste em ações interessadas. A memória carregaria, assim, um atributo fortemente ético, incidindo sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais<sup>18</sup>.

Então, no momento de ruptura do passado monárquico, os idealizadores no novo regime tentaram construir uma memória de um passado de luta pelo regime republicano, cheio de símbolos, feitos e heróis para fazer um elo com a já presente República. As datas comemorativas fizeram parte da construção dessa tradição, de uma tradição inventada, típica da nação, pois,

os estados nacionais foram pródigos em definir hinos, bandeiras, imagens e símbolos que 'personificam' a nação, fornecendo-lhes sentido de identidade e expressando sua soberania. Legitimidade, soberania e cidadania são questões centrais de construção de uma nação e se fazem presentes na organização da tradição e da memória coletiva, constituidora da identidade nacional.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Idem, op.cit., p.53. Para compreender melhor as relações entre Memória, História e Política consultar BRESCIANNI; NÁXARA, op. cit. e para estudar o desenvolvimento do debate História e Memória na historiografia ver D' ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, setembro 1992/agosto 1993, p.97-103.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, op.cit, p. 180.

Assim, em 14 de janeiro de 1890, apenas dois meses após a proclamação da República no Brasil, foram estabelecidas, através do decreto federal 155-B, as datas que celebrariam a constituição da identidade nacional brasileira:

1. 1 de janeiro: comemoração da fraternidade universal;
2. 21 de abril: comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes;
3. 3 de maio: Descoberta do Brasil;
4. 13 de maio: fraternidade dos brasileiros;
5. 14 de julho: república, liberdade e independência dos povos americanos;
6. 7 de setembro: Independência do Brasil;
7. 12 de outubro: Descoberta da América;
8. 15 de novembro: comemoração da pátria brasileira<sup>20</sup>

Ao justificar a decretação destas datas, o governo provisório considerava que:

o regime republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal; que esse sentimento não pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; que cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos.<sup>21</sup>

\* fraternidade universal  
 Naa - 15  
 14 de julho  
 12 de outubro  
 15 de novembro

Segundo Lúcia L. Oliveira, as datas se dividiriam nas que comemorariam a “Fraternidade Universal” (1 de Janeiro, 14 de Julho e 12 de Outubro) e a “Fraternidade dos Brasileiros” (21 de Abril, 3 de Maio, 7 de Setembro e 15 de Novembro), e, todas elas, pretendiam “assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou com parte deste passado, estando diante da idéia de um novo marco, o ponto zero, na tradição brasileira”<sup>22</sup>. As comemorações dessas datas, a “memoração histórica realizada [...] significará

<sup>20</sup> OLIVEIRA, op.cit, p. 180. Ainda no mesmo decreto foi instituído como feriado nacional o 2 de Novembro, celebrando os Mortos.

<sup>21</sup> Id. Ibid., p. 180.

<sup>22</sup> Id. Ibid., p. 181.

a ‘construção de um passado republicano que irá conceder substância a uma específica dimensão de povo brasileiro e as limitações do exercício de cidadania’”<sup>23</sup>. *NOTAS - imprensa*

A imprensa teve um importante papel na tentativa de legitimação do novo regime, pois ela enquanto instituição, é marcada pelo espírito que “não difere muito do próprio caráter da educação, do refinamento intelectual, ou seja, o de criar adeptos para bandeiras e princípios”. É também uma “forma de interpretação e, como todas as formas de interpretação, necessariamente, uma forma prática, concreta, de luta pelo poder”, é um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”<sup>24</sup>. A imprensa do final do século XIX tinha a idéia de si mesma como formadora de opinião, “analista dos negócios públicos”<sup>25</sup>; de ser, como dizia Rui Barbosa,

... a vista da nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe o que lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acaltela do que a ameaça.<sup>26</sup>

*Imprensa - poder*

Imprensa e política, no século XIX, confundiam-se, pois eram os jornais partidários os principais meios de divulgação de idéias e ações políticas. Quando a República foi instaurada, afirma Maria Helena Capelato, “dentre os articuladores civis, os representantes da imprensa tiveram papel de destaque. Vários deles foram chamados para ocupar postos do novo governo”, como, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa e Aristides Lobo<sup>27</sup>.

<sup>23</sup> SIQUEIRA, op.cit., p.164 citando FERREIRA NETO, Edgar Leite. O imprevisto da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX. Niterói, RJ. Dissertação de mestrado, UFF, 1989.

<sup>24</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

<sup>25</sup> SIQUEIRA, op.cit., p.165

<sup>26</sup> BARBOSA, Rui. A imprensa e o dever da verdade. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p.20. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2)

<sup>27</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 44.

A imprensa partidária do final do século XIX no Brasil, nascida antes das campanhas abolicionista e republicana, contribuiu para a construção da memória nacional republicana. Segundo Capelato, foi através das comemorações promovidas pela própria imprensa que se disseminou um discurso conciliador, no qual, através das festas se esqueceriam todos os conflitos, no caso republicano, os conflitos pela permanência do próprio regime.<sup>28</sup> A imprensa teve aí, como afirma Carla Siqueira, seu “lugar na reelaboração do imaginário social”.<sup>29</sup>

Grande parte dos jornais do século XIX era porta-voz de grupos políticos que formavam uma oposição forte ao novo regime. Esta imprensa oposicionista, especificamente a de viés monarquista, às vezes entrou na contramarcha das comemorações, contestando mesmo o regime republicano. De grande consistência ideológica, os monarquistas formaram grupos compostos “por políticos influentes, intelectuais, ativistas, que se dividiam entre restauradores e adesistas ou neo-republicanos”<sup>30</sup>, que, na maioria das vezes, expressavam seus pontos de vista em páginas de revistas, livros e jornais. Essas forças monarquistas, nos primeiros dez anos de regime republicano, defenderam o passado monarquista em detrimento do presente republicano, dificultando a consolidação do novo regime<sup>31</sup>. A imprensa assim, nos primeiros anos do regime republicano, manteve-se como um instrumento dos grupos políticos para expor suas idéias e também um palco de luta pelo poder.

A imprensa teve também grande importância na vida política do Rio Grande do Norte. Às vésperas da República, cada um dos grupos políticos existentes tinha um jornal que servia de porta-voz para seus ideários, prática essa que permaneceu após a proclamação.

Com o início do novo regime começa uma luta, não só pela consolidação do regime no estado, como pelo poder local. O período entre novembro de 1889 e fevereiro de 1892 (eleição indireta de Pedro Velho para governador) foi de instabilidade política, de onze

---

<sup>28</sup> Idem, op.cit., p.41.

<sup>29</sup> SIQUEIRA, op.,cit., p.164.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, op.cit., p. 175

<sup>31</sup> Para compreender melhor a atuação dos monarquistas nos primeiros anos da República ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os Subversivos da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.

administrações no Rio Grande do Norte e é considerado por Janice Theodoro da Silva<sup>32</sup> o período mais agressivo da instalação da República. Porém, para Spinelli Lindoso, o período do governo de Pedro Velho (1892-1896) é que “foi um período crítico, de luta pelo controle do aparelho do Estado (...) envolvendo um confronto direto e cruento”<sup>33</sup>. Entre novembro de 1889 e a passagem do governo para o sucessor de Pedro Velho, Ferreira Chaves, em 1896, travou-se nas folhas dos jornais partidários uma verdadeira batalha não só pela consolidação da família Albuquerque Maranhão como também pela legitimação do novo regime<sup>34</sup>.

A legitimação do regime republicano através da formação de uma memória também foi uma preocupação dos líderes republicanos no Rio Grande do Norte. O Governo Estadual Provisório publicou, em 27 de agosto de 1890, um decreto instituindo as datas caras à memória da República para o Rio Grande do Norte, considerando “entre os fatos da história do Rio Grande do Norte, [aqueles que] bem merecem da veneração e do reconhecimento da posteridade”. O decreto 47 determinava que,

além dos dias de festa nacional a que se refere o decreto do Governo Federal de 14 de Janeiro de 1890, são declarados dias de festa para o Rio Grande do Norte e como tais feriados em todas as repartições, os seguintes:

24 de Janeiro, consagrado à comemoração da expulsão dos holandeses;  
 19 de Março, consagrado à comemoração do Governo de André de Albuquerque;  
 12 de Junho, consagrado à comemoração da morte de Frei Miguelinho;  
 24 de Junho, consagrado à comemoração da primeira fundação colonizadora em território do Rio Grande do Norte;  
 2 de Julho, consagrado à comemoração da República do Equador;  
 17 de Agosto, consagrado à comemoração da descoberta marítima do Rio Grande do Norte.

*Núcleo Liso*

*Significativa rep. blic. -*

<sup>32</sup> SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. A autora considera esses anos iniciais da República no Rio Grande do Norte como um “período das oposições significativas”, que seria da luta entre partidários da descentralização oligárquica e os defensores da centralização.

<sup>33</sup> LINDOSO, José A. Spinelli. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA/UFRN, 1992, p.24.

<sup>34</sup> Para estudar melhor os fatos que constituíram o período da Primeira República no Rio Grande do Norte ver SOUZA, Itamar. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930). Brasília: Senado Federal, 1989.

O decreto 47 também justificava a escolha dessas datas considerando:

- a) O da descoberta do cabo de São Roque, em 1501, por Américo Vespúcio e pela esquadra de que fazia parte, o que exprime a primeira comunicação com a terra norte-rio-grandense da civilização ocidental, para cuja benéfica e gloriosa expansão no planeta tanto cooperou aquele ilustre capitão";
- b) O da conclusão por Manoel de Mascarenhas em 1598 (Fr. Vicente de Salvador, Hist. do Brazil, pag. 155) do forte que foi a primeira fundação colonizadora em território norte-rio-grandense e que deu origem a atual cidade do Natal, sede do Governo do Estado;
- c) O da capitulação da campina de Taborda que pôs termo em 1654 ao domínio holandês no Brasil, que, pela aplicação a história da lei de seleção natural, caracterizam-se como a cabal demonstração da excelência de qualidades e aptidões colonizadoras do português sobre o holandês em relação ao Brasil e particularmente em relação à região em que se verificaram as tentativas da conquista holandesa, nas lutas contra a qual conspicuamente se achou representado o Rio Grande do Norte por seu valoroso filho Felipe Camarão;
- d) o do Governo republicano instituído em 1817 por André de Albuquerque, o legendário patriota norte-rio-grandense e glorioso mártir da Independência e da República, cujo heroísmo e cujas virtudes cívicas tão volumoso afluente representam para a imensa caudal das aspirações republicanas que já de tão longe vinha trabalhando a geografia-moral da comunhão brasileira;
- e) o da morte do insigne patriota Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido na tradição por Frei Miguelinho e justamente considerado em dos mais gloriosos precursores da obra ingente de 15 de Novembro;
- f) o da adesão do Rio Grande do Norte em 1824 á Revolução do Equador, que foi um dos mais brilhantes e enérgicos protestos que a nação levantou contra a absurda imposição do regime imperial.<sup>35</sup>

ocidental

origem

histórico

republicano

antigo

\* A-terris  
no  
I 46 LN  
- Quis  
intelectuais

Elasio de  
colômbia  
legitima  
no  
Castro  
conquistador

A estipulação destas datas e suas justificativas demonstram a tentativa do governo estadual de construir um passado de lutas e de heróis no Rio Grande do Norte, como Manoel Mascarenhas, Felipe Camarão, André de Albuquerque e Frei Miguelinho<sup>36</sup>. Somando as datas nacionais às estaduais, eram quatorze os dias considerados caros ao novo regime e que deveriam ser festejados no Rio Grande do Norte. Assim como as datas nacionais tinham o objetivo de mostrar ao povo que a República já era um regime almejado há muito tempo,

<sup>35</sup> DECRETO do Governo do estado do Rio Grande do Norte. 1ª parte: 7 de Dezembro de 1889 a 6 de Junho de 1891; 2ª parte: 17 de dezembro de 1891 a 3 de Dezembro de 1895. Natal: Typ. da Renaud, 1896. p. 72-74.

<sup>36</sup> Para conhecer os fatos da História do Rio Grande do Norte ver CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 2. ed. Rio de Janeiro: Achemé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

buscando no passado feitos e heróis, as datas locais tentavam mostrar que o Rio Grande do Norte também era uma terra que tinha uma história republicana com heróis que lutavam pelo ideal que só foi alcançado no 15 de novembro.

A imprensa, afirma Almir Bueno<sup>37</sup>, como um dos poucos meios utilizados pela propaganda republicana para tornar o regime conhecido pela população em geral, teve importante papel na divulgação e exaltação daquelas datas. Mas era também uma forma de contestá-lo<sup>38</sup>. Cada jornal tinha por trás correntes políticas que se utilizavam das datas para afirmar seus pontos de vista, expressar suas próprias idéias e contestar seus adversários.

“Monarquistas e republicanos constituíam os dois grupos em conflito explícito no início da República, construindo cada qual a sua versão dos fatos e dos desafios a serem vencidos”<sup>39</sup>.

No Rio Grande do Norte os principais jornais em circulação na capital entre 1890 e 1896 eram: *A República*, *O Caixeiro* (ambos da situação), *Rio Grande do Norte* (que se tornou o principal órgão partidário de oposição a Pedro Velho), *O Nortista* e o *Diário do Natal*, ambos editados por Elias Souto. Estes dois últimos traziam em suas linhas um forte sentimento monarquista combatido pelos Albuquerque Maranhão. Cada um desses jornais tratava de forma diferente as datas comemorativas, seja exaltando mais uma data do que outra, seja ignorando-as. Os dois próximos capítulos pretendem analisar como eles se utilizavam das datas comemorativas para defender seus interesses, iniciando pela visão dos republicanos no poder<sup>40</sup>.

Jornais  
com  
pontos  
↓  
políticos  
↓  
datas  
↓  
- pontos  
discussão  
- pontos  
com  
comum

<sup>37</sup> BUENO, op.cit., p.87

<sup>38</sup> Às vésperas da proclamação praticamente 90% da população no Rio Grande do Norte era analfabeta (BUENO, op.cit.,p.77). Porém, isso não consistia em uma barreira para o entendimento do que se noticiava pelos jornais. A comunicação oral, através de leitura em voz alta, nas praças, nas esquinas era um hábito no período, como afirma CAPELATO, op.cit., p.38.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, op.cit., p. 175

<sup>40</sup> Para conhecer a história das ideais políticas no Rio Grande do Norte no período da transição da Monarquia para a República, as principais correntes políticas e ideológicas, ver BUENO, op. cit.

## Capítulo 2

### A imprensa exalta a República

15 de Novembro marca um ponto luminoso na vida do povo brasileiro e na história da humanidade; [...] n'aquela dia imorredouro de 1889, também centenário da descomunal revolução francesa, essa nação destemida aos mais assombrosos feitos históricos nas grandes conquistas do direito e da liberdade, concretizando no exercício [sic] e na armada, confraternizados com o povo [grifo nosso], toda a aspiração republicana que lhe ia n'alma e que cotidianamente ressurgia na imprensa, deu golpe profundo e decisivo n'uma instituição que amesquinhava os homens, corrompia a sociedade e esterilizava o país [...].

("15 de Novembro". *A República*, 15/11/1890).

Correram nesta cidade vivas, animadas e delirantes as festas da comemoração do aniversário de 15 de novembro de 1889, data gloriosa da proclamação da república [...] Pelas 4 horas da manhã de 15 do vigente foi toda a cidade deliciosamente despertada pelos ruídos festivos das girândolas de foguetes, cortando o ar, pelas harmonias de duas músicas que tocavam em pontos diversos da cidade [...] Dessa hora por diante tudo foi movimento e entusiasmo. Diversas ruas estavam artisticamente embandeiradas [...] Às 5 horas da tarde teve lugar enorme passeata cívica [...] Foi um dia cheio, festivo e sorridente, como devia ser o primeiro aniversário da sagrada revolução pacífica e benéfica que fez o resgate moral da pátria e investiu-a da toga varonil e emancipadora de cidadão.

("Solenização do aniversário do regime republicano no Brasil", *A República*, 23/11/1890).

Após a proclamação da República no Rio Grande do Norte os jornais situacionistas tiveram, pelo menos, dois papéis a desempenhar: a legitimação do novo regime implantado e a defesa das idéias e interesses políticos. Os artigos referentes às datas comemorativas foram uma das formas encontradas pelos republicanos potiguares para alcançar seus objetivos. Observar a maneira como as datas foram noticiadas será o objetivo deste capítulo, tentando assim contribuir para um entendimento do processo de legitimação do regime republicano no Rio Grande do Norte, através dos jornais situacionistas.

No primeiro aniversário da proclamação, *A República*<sup>41</sup>, jornal fundado no período da propaganda republicana e órgão oficial do Partido no Rio Grande do Norte, que tinha como líder Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, engrandece a “grande revolução”. Duas edições trouxeram artigos tratando da data que “comemora a pátria brasileira”. A primeira foi uma edição especial, publicada em conjunto com o *Rio Grande do Norte*<sup>42</sup>, contendo quatro páginas com vários artigos assinados por personalidades políticas da época como Diógenes da Nóbrega, João Gomes, Braz de Andrade Mello, Joaquim Chaves Filho, Tobias Monteiro, entre outros. Neles, exaltando o novo regime, seus autores deixavam transparecer seus ideais de República (ver anexo A; p. 53 -54)<sup>43</sup>. A segunda edição, saída a 23 de novembro, preocupou-se mais em descrever as comemorações que ocorreram na cidade, que geralmente eram compostas pela iluminação dos prédios públicos, passeatas militares acompanhadas pela população, discursos e bandas de música<sup>44</sup>.

Entre 1890 e 1896 o primeiro tipo de artigo, com textos que podemos chamar de “poéticos”, que falavam não só das datas, mas também dos ideais republicanos, eram os mais comuns.<sup>45</sup> Foram poucas as edições desse período que discorriam sobre as comemorações que ocorreram na cidade. Dependendo da data, através dos jornais, não se tem nem como saber se realmente foi feriado ou se foi realizado algum festejo.<sup>46</sup>

*A República*, como órgão oficial do Partido Republicano, se empenhou na tentativa de legitimar o regime implantado. Para isso, os conteúdos apresentados em seus artigos sempre

<sup>41</sup> Fundado em 1 de julho de 1889 por Pedro Velho o jornal permaneceu em circulação por todo o período da Primeira República.

<sup>42</sup> No primeiro governo estadual provisório, Pedro Velho formou uma aliança com membros dos antigos partidos Conservador e Liberal, chamada de “Tríplice Aliança” que tinha acordado votar em Deodoro da Fonseca nas eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República, a serem realizadas em 25 de fevereiro de 1891. Durante esse período o *Rio Grande do Norte* foi aliado de Pedro Velho. Para compreender melhor este aspecto da história política no Rio Grande do Norte neste período ver BUENO, op. cit., 104.

<sup>43</sup> Edição especial, “Quinze de Novembro”, A REPÚBLICA/RIO GRANDE DO NORTE, 15/11/1890.

<sup>44</sup> “Solenização do aniversário do regime republicano no Brasil”, A REPÚBLICA, 23/11/1890.

<sup>45</sup> Chamaremos de textos “poéticos” aqueles que, usando a retórica da época, exaltavam o regime, preocupando-se pouco em narrar algum tipo de comemoração ocorrido na cidade. A esses, então, chamaremos de “descritivos”.

<sup>46</sup> Ver anexo B; Tabela 3; p. 61

①  
② \* explorar as descrições das comemorações → rituais, participantes, organização, etc., líderes, mobilização dos elementos

\* genuínos de verdade  
com gurus?

procuravam enfatizar os ideais republicanos mais genuínos, sendo, um deles, o ideal de povo.

A Proclamação fora uma ação militar sem participação civil, o que contradizia a própria idéia de República, que, para seus idealizadores, deveria “trazer o povo para o proscênio da atividade política”<sup>47</sup>. Uma das maneiras utilizadas pelos republicanos para contornar este fato foi reconstruir a história da República para atingir o imaginário popular. O discurso de que o povo sempre desejara a República e que ela só fora possível por causa disso permeou os artigos sobre as datas comemorativas n’*A República* entre 1890 e 1896. A República, afirma o jornal em artigo comemorando a proclamação, não foi “somente o desejo como a convicção de todos bons brasileiros”<sup>48</sup>. Contudo, os republicanos brasileiros, ao mesmo tempo que discursavam sobre a participação popular, tinham medo de sua irrupção. Uma das formas encontradas pelos políticos republicanos para neutralizar um discurso mais radical foi a exaltação da passividade popular na proclamação, pois, “povo algum deu exemplo tão edificante de soberana grandeza de civismo, de coragem e dignidade calmas e serenas, libertando um povo inteiro n’um rasgo sublime de heroísmo patriótico, sem ato algum de selvageria”<sup>49</sup>. O Brasil contava com a “índole progressista e pacífica dos seus habitantes”, escreve um jornal situacionista, elogiando<sup>50</sup>.

A busca pelo “mito de origem” e de heróis republicanos no passado fez parte também da tentativa de construção do imaginário republicano. No Rio Grande do Norte duas datas foram decretadas com esse objetivo. O 19 de Março e o 12 de Junho. A primeira, comemorando, segundo decreto, o

Governo republicano instituído em 1817 por André de Albuquerque, o legendário patriota norte-rio-grandense e glorioso mártir da Independência e

<sup>47</sup> CARVALHO, Os bestializados, 1987, p. 11.

<sup>48</sup> “15 de Novembro”, A REPÚBLICA, 19/11/1892. Entre 1890 e 1896 apenas em 1895 não foi encontrado algum artigo fazendo referência explícita ao povo.

<sup>49</sup> “15 de Novembro”, A REPÚBLICA, 15/11/1890

<sup>50</sup> O CAIXEIRO, 16/11/1892. O Caixeiro, jornal de Pedro Avelino, correligionário de Pedro Velho, circulou de 1892 a 1894.



da República, cujo heroísmo e cujas virtudes cívicas tão volumoso afluente representam para a imensa caudal das aspirações republicanas que já de tão longe vinha trabalhando a geografia moral da comunhão brasileira.

E a segunda, comemorando a morte de Frei Miguelinho, considerado um dos “mais gloriosos precursores da obra ingente de 15 de Novembro”<sup>51</sup>. Essas duas datas simbolizavam a existência de um passado republicano em terras norte-rio-grandenses, feito com o sangue de seus heróis. Porém, n<sup>o</sup> *A República*, entre 1890 e 1896, não há nenhum artigo que faça alusão a estas datas, embora, em alguns artigos faça-se referências aos “heróis” potiguares, como no que comemora o 28 de Novembro, mencionando o Rio Grande do Norte como “terra de André de Albuquerque e Miguelinho”<sup>52</sup>. Para *A República*, então, o que parecia importar mais eram os heróis potiguares em si e não as datas.

Ao que parece *A República* adotou o “herói nacional” Tiradentes como representante do ideário republicano no passado. O 21 de Abril mereceu “artigos poéticos” em cinco dos sete anos pesquisados<sup>53</sup>.

N<sup>o</sup> *A República* Tiradentes aparece como um herói que “tentou plantar na sua pátria a verdadeira democracia! O sublime Ideal de Humanidade – Um republicano puro.”<sup>54</sup>. E ele, Tiradentes, “sintetiza a aspiração do povo naquela época” e comemorar o dia de sua morte “é uma justiça aos grandes homens que, por ela [a pátria], venceram ou caíram mártires”. E, numa demonstração da consciência da importância da memória para a construção de uma história republicana, o artigo evoca: “Gerações do futuro, inclinai-vos respeitosa ante a memória do grande mártir”<sup>55</sup>.

<sup>51</sup> DECRETO do Governo do estado do Rio Grande do Norte. 1ª parte: 7 de Dezembro de 1889 a 6 de Junho de 1891; 2ª parte: 17 de dezembro de 1891 a 3 de Dezembro de 1895. Natal: Typ. da Renaud, 1896. p. 72-74, respectivamente.

<sup>52</sup> “28 de Novembro”, O CAIXEIRO, 30/11/1892.

<sup>53</sup> Para estudar a importância da criação dos heróis para a República, ver CARVALHO, A formação das almas, c.3, p.55-73.

<sup>54</sup> “21 de Abril”, A REPÚBLICA, 23/04/1892.

<sup>55</sup> “Em vários tons”, A REPÚBLICA, 22/04/1893.

Os artigos referentes a Tiradentes serviam também para realizar ataques à monarquia e fazer um histórico do ideal republicano. Em 1893 um artigo assinado por Tavares de Lyra, em homenagem a Tiradentes, afirma que

ele não foi o primeiro que *sonhou* com a instituição da república em nossa Pátria: Bernardo Vieira de Mello a 10 de Novembro de 1710, já havia pedido no Senado de Olinda a fundação de um regime republicano em Pernambuco [...], foi o que primeiro mostrou ao mundo que essa aspiração era tão grande que já tinha mártires que, pela sua realização, se sacrificassem.<sup>56</sup>

E, em outro artigo, como se completasse, reafirma

~~que um povo que fez desde 1710 revoluções republicanas não quer o retorno vergonhoso de um regime que só males legou, com prejuízo da pátria [...]. Não caem em almas brasileiras preferências pela monarquia. Nenhum só cidadão que tenha amor da pátria poderá ter saudades dos tempos de *El Rei...*~~<sup>57</sup>

No início da República os monarquistas e republicanos constituíam dois grupos em disputa<sup>58</sup>. Os republicanos, considerando a monarquia ainda uma ameaça, sentiam a necessidade de afirmar o novo regime em detrimento do antigo. Duas datas comemorativas marcam bem essa disputa, o 13 de Maio e o 7 de Setembro, respectivamente, a Libertação dos Escravos e a Independência do Brasil, atos realizados pelo governo monárquico. Porém, os republicanos tomaram para si estas datas. No caso do 13 de Maio eles afirmavam que “o povo brasileiro, impondo à representação nacional e à coroa a decretação da extinção da escravidão, purificou-se de um crime de trezentos anos e escreveu, ao mesmo tempo, a mais fulgente página da história de suas conquistas sociais”<sup>59</sup>. *A República* ainda atacava os adversários

<sup>56</sup> “Em vários tons”, A REPÚBLICA, 22/04/1893.

<sup>57</sup> “Vinte e um de Abril”, A REPÚBLICA, 25/04/1895.

<sup>58</sup> Para um maior entendimento da atuação de monarquistas e republicanos no início da República ver JANOTTI, op. cit.

<sup>59</sup> “13 de Maio”, A REPÚBLICA, 13/05/1893.

ideológicos afirmando que “os monarquistas enganam-se quando chamavam a essa capitulação do trono uma vitória da monarquia, elevando a Princesa Regente à altura de heroína. [...] 13 de Maio foi uma conquista republicana”<sup>60</sup>; pois, afirmavam os republicanos, após a libertação,

quase todos os que tinham sido os pregadores da santa cruzada abolicionista, começaram a agitar a opinião pública com a pregação do Evangelho Democrático [...]. 15 de Novembro foi o complemento necessário, lógico, fatal de 13 de maio.<sup>61</sup>

A abolição da escravidão teria ainda sido um complemento de aspirações republicanas do passado que foram suprimidas pelo Imperador, como sugere esta passagem d'*A República*, que ainda faz um histórico do que para eles teriam sido precedentes do ideal defendido no presente:

No princípio era a aspiração.

Depois dos tentames malogrados de 1710, 1817 e 1824, o Brasil descansou largo tempo, indiferente ao seu infortúnio e enganado pela habilidade política do 2º Pedro, no primeiro período do seu reinado. Depois, o espírito popular despertou para campanha inadiável e igualitária do abolicionismo.

[...] o país era republicano; manietado pelo prolongado colapso progressivo que foi o segundo reinado, aceito totalmente pelos políticos do tempo, que bem podiam ter feito, desde logo, a República, o Brasil libertou-se facilmente e sem comoções aos primeiros encitamentos rebeldes dos tribunos do povo, que na palavra escrita e falada tiveram o poderoso instrumento que preparou as pacíficas revoluções sociais de 13 de maio e 15 de novembro.<sup>62</sup>

\* imprensa  
 Impel que a imprensa a atribui  
 Impel que a imprensa a atribui → No-as, participações, guerras, profanações, censuras — todos para esse político?   
 ↓   
 surgimento de ideias novas

<sup>60</sup> “Treze de Maio”, A REPÚBLICA, 21/05/1896.

<sup>61</sup> “13 de Maio”, A REPÚBLICA, 13/05/1893.

<sup>62</sup> “Pro Patria”, A REPÚBLICA, 10/11/1896.

Assim também era visto o 7 de Setembro pelos republicanos, uma “consequência da conspiração mineira”<sup>63</sup>, assim como, posteriormente, o 15 de Novembro como marco final da vitória.

Mesmo tomando para si a responsabilidade pelos feitos que estas datas comemoravam, *A República* pouco fez referência a elas. Tanto o dia 13 quanto o 7 receberam dois artigos cada um. Os artigos sobre o 13 de Maio (1893 e 1896) foram bastante significativos para entendermos o pensamento republicano em relação à libertação dos escravos, porém, nenhum deles revela algum indício de festejos. Já os artigos sobre o 7 de Setembro são “descritivos”, sem textos de exaltação, apenas descrevendo os pequenos festejos realizados na cidade em 1892 e 1896, como passeatas militares e cumprimentos às autoridades. Por serem datas discutíveis, talvez o silêncio fosse a melhor saída encontrada pelos republicanos no poder.

Os jornais, como principal meio de divulgação dos ideais políticos no período inicial da República, preocupando-se em defender as posições e interesses dos grupos políticos que representavam, utilizaram-se das datas não apenas como um instrumento de legitimação do regime (no caso dos jornais situacionistas), mas também de legitimação do poder do chefe político Pedro Velho e de defesa dos interesses de sua oligarquia familiar. No discurso “pedrovelhista” do período da propaganda republicana, a República seria a solução para todos os problemas. Demonstrar ao povo que o regime republicano já estava consolidado era também um dos objetivos da imprensa situacionista.

Em 1894 *A República*, em comemoração ao aniversário da proclamação, iniciou seu artigo da seguinte maneira:

Cinco anos! Cinco longos anos rude e gloriosamente trabalhados pela consolidação da grande república sul-americana! Mas por entre todos os óbices que a ambição, o despeito, a cega obliteração do amor pátrio ousaram antepor à marcha vitoriosa do regime novo, jamais arrefeceram na alma

---

<sup>63</sup> “Em Vários tons”, A REPÚBLICA, 22/04/1893.

nacional a segura confiança e a altiva coragem, que deveriam salvar, como salvaram, a imortal conquista [...]”<sup>64</sup>.

A República já estaria consolidada e seria “uma extrema covardia pensar n’um possível recuo do nosso progresso aos tempos da centralização asfixiante e corruptora do Império”<sup>65</sup> afirmava *A República*, defendendo a autonomia estadual e atacando o regime monárquico, cuja imprensa simpática ganhava espaço devido a instabilidade política do período<sup>66</sup>. Pedro Velho, defendendo o novo regime, em discurso na solenidade de comemoração ao sétimo aniversário da República garante a “impotência dos inimigos da pátria para fazerem a ruína da República, fortemente radicada no Brasil, cujos cidadãos, certos das vantagens do regime, prontos estarão, em qualquer hipótese, para a defesa tenaz do realizado ideal dos mártires da democracia”<sup>67</sup>.

Para defender seus objetivos políticos e se afirmar como líder oligárquico estadual, Pedro Velho, diante do conturbado momento e da constante ameaça do fantasma de uma intervenção federal, se valeu também das datas comemorativas<sup>68</sup>. O 28 de Fevereiro, dia de sua posse no governo do Rio Grande do Norte, entrou no calendário de comemorações do estado para reforçar seus objetivos. No aniversário do primeiro ano de sua administração, as festividades organizadas se equiparam às realizadas para o primeiro aniversário da proclamação. Nas quatro páginas da edição especial, *A República* trouxe artigos assinados por políticos do período, discursos proferidos em solenidades e a descrição da festa, tudo em homenagem ao chefe republicano (ver anexo A; p. 55-56). Uma comissão foi formada para organizar a festa, contratando também um trem para trazer pessoas do interior do estado.

A edição especial começa da seguinte forma:

<sup>64</sup> “Editorial”, A REPÚBLICA, 17/11/1894.

<sup>65</sup> “15 de Novembro”, A REPÚBLICA, 15/11/1895.

<sup>66</sup> Para um entendimento da preocupação do líder Pedro Velho com a autonomia estadual ver BUENO, op. cit., p.139.

<sup>67</sup> “Noticiário”, A REPÚBLICA, 20/11/1896.

<sup>68</sup> Para estudar as relações entre Pedro Velho e o poder central ver BUENO, op. cit., p.151-184.

Porque esse contentamento confiante, ardente e unísono da massa popular [...]? Porque essa festa a 28 de Fevereiro, quando fecha seu ciclo glorioso o primeiro ano de governo republicano constitucional no Rio Grande do Norte? Porque essa festa do patriotismo em que cada coração verdadeiramente rio-grandense se eleva em hino de gratidão e respeito pelo benemérito cidadão que se dedicou a causa da paz e da grandeza da terra do seu berço? [...]. É porque um do povo é que governa – com bondade, justiça, abnegação e probidade – o povo que o elegeu como o seu defensor, o seu amigo e o depositário sincero e desinteressado das suas esperanças, dos seus direitos e das suas liberdades.<sup>69</sup>

Mais à frente o jornal transcreve as palavras do correligionário Joaquim Ferreira Chaves Filho, que, “assinalando os intuitos da manifestação” ocorrida em homenagem a Pedro Velho, afirmara

ser obrigação inadiável de todos os bons rio-grandenses não esquecer jamais a obra da restituição do nosso estado a democracia e a república, iniciada a 28 de Novembro de 1891, e já completamente realizada, e bem assim comemorar expressivamente o aniversário administrativo do glorioso batalhador, a quem o Rio Grande do Norte deve a salvação de seus brios, o resgate de seus direitos e a segurança de sua posteridade.<sup>70</sup>

Pedro Velho aí aparece não só como o redentor do Rio Grande do Norte, mas também como garantidor da estabilidade do estado no futuro.

Um outro órgão da imprensa que muito ajudou nos interesses de Pedro Velho foi *O Caixeiro*<sup>71</sup>, que começou a circular em 10 de agosto de 1892. Em seu editorial já afirmava não ser órgão exclusivo dos caixeiros e que aspiravam “dilatados horizontes na arena jornalística”

<sup>69</sup> “28 de Fevereiro – Exm. Governador do estado Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão”, A REPÚBLICA, 04/03/1893.

<sup>70</sup> Edição especial - “Manifestação popular”, A REPÚBLICA, 04/03/1893. O 28 de Novembro (data da derrubada de Miguel Castro), mencionada na citação, foi uma outra data que o governo estadual republicano convencionou comemorar, assim como o 28 de Fevereiro (posse de Pedro Velho).

<sup>71</sup> Circulou entre agosto de 1892 e março de 1894.

e a “política mesmo não nos será indiferente”<sup>72</sup>. *O Caixeiro*, junto com *A República*, foram os principais porta-vozes dos interesses de Pedro Velho<sup>73</sup>.

Além do 28 de Fevereiro, duas datas mereceram uma atenção especial d’*O Caixeiro* e serviram para enaltecer o governo Pedro Velho, o 23 e o 28 de Novembro, datas que comemoravam, respectivamente, a renúncia de Deodoro e a queda de Miguel Castro<sup>74</sup>. Essas datas muito simbolizavam para o governo Pedro Velho, pois, para ele e seus aliados a “república principiou a 23 de novembro de 1891”<sup>75</sup> e foi a 28 de Novembro que “um grito uníssono, fremente encheu todos os peitos das vítimas de um governo que se implantou no Rio Grande do Norte pela traição, pela fraude”. Acrescenta ainda, demonstrando o quanto as datas eram consideradas importantes para os republicanos desse período, o 28 de Novembro é “o marco miliário de uma época na qual se fez o restabelecimento da legalidade, inaugurando-se no estado o verdadeiro regime democrático.”<sup>76</sup>

A linguagem utilizada nos artigos dos jornais do grupo de Pedro Velho também era um meio de se alcançar o “coração” do povo. Em uma população essencialmente católica Pedro Velho, sempre que tinha oportunidade, utilizava-se de termos religiosos e comparações entre Religião e a República<sup>77</sup>, como no trecho a seguir,

(D’A DECADÊNCIA OS HERÓIS)  
FALA TIRADENTES (1789)

Pátria minha infeliz! Oh Pátria malfadada.

<sup>72</sup> “Editorial”, *O CAIXEIRO*, 10/08/1892

<sup>73</sup> Para ver a relação artigos publicados/por data e ano pelos dois jornais ir em Anexo B; Tabelas 1, 2, 6 e 7; p. 60 e 63.

<sup>74</sup> A atitude de Pedro Velho em votar em Prudente de Moraes para presidente, nas eleições de 25 de fevereiro de 1891, contrariando as designações de suas alianças, custou-lhe a perda do poder, que só retomou com a queda de Deodoro e de seus governadores, no caso do Rio Grande do Norte, Miguel Castro. Para estudar melhor este assunto ver BUENO, op.cit., c.3, p.103-135.

<sup>75</sup> “23 de Novembro”, *O CAIXEIRO*, 23/11/1892.

<sup>76</sup> “28 de Novembro”, *O CAIXEIRO*, 30/11/1892.

<sup>77</sup> Para melhor estudar as relações entre Igreja Católica e Estado Republicano no período inicial do regime ver LIMA, Wellington Márcio Bezerra de. *As relações entre Igreja Católica e Estado Republicano no Rio Grande do Norte através do jornal A República (1889-1891)*. Monografia (graduação em História). Natal, UFRN, 2002.

Vendida, qual Jesus traído pelos seus.  
 Ao menos permitiu que eu conte aos fariseus.  
 Do grande oitenta e nove a história ensangüentada.

Oh! Deixai-me contar a turba depiedade  
 Que vos pões em leilão e cobre de lábios  
 A voz espectral que sai dos mansoléus,  
 Pátria minha infeliz! Oh Pátria malfadada!

Vós, oh cáfila má! – defesa dos Impérios –  
 Que o Povo agrilhoais, assim como um vilão,  
 Ao mundo triunfal dos rígidos Tibérios,

Que da pátria vendeis a honra num balcão.  
 Oh! Vós que descendeis dos Judas e Silvérios,  
 Em nome dos heróis: eterna maldição.  
 1891.<sup>78</sup>

Este foi um poema, assinado por Pinto de Abreu, publicado em homenagem ao aniversário da morte de Tiradentes, considerado um herói republicano, e muitas vezes comparado a Jesus nos artigos d'*A República*. O novo regime seria a “idéia imaculada que aureolou de luz fulgurosa a frente de Tiradentes, fazendo de um plebeu humilimo em herói ou santo”<sup>79</sup>. Pedro Velho, “como filho de seu tempo [...] teve a perspicácia de adaptar suas crenças íntimas ao meio religioso em que vivia”<sup>80</sup> e ainda ajustá-lo a admiração de grande parte dos idealizadores da República pela Revolução Francesa.

Em muitos artigos d'*A República* há a comparação entre filósofos e heróis da Revolução Francesa, personagens bíblicos e Tiradentes. No aniversário da proclamação em 1896 o jornal exalta a República e seu “grande herói”:

O viático de amor do ideal sagrado devia em sua trajetória produzir heróis e gerar mártires, como fazer soar a virtude das idéias e a santidade das convicções [...] Se a verdade científica e religiosa tem os seus mártires, também existe um golgota no cimo da montanha de luz da liberdade. Sócrates e Jesus, J. Huss e Gallileu, Giordano Bruno e Tiradentes são exemplos: Redentor um; heróis, grandes vítimas todos de uma fé inabalável. [...] Dos lábios do Nazareno promanou, intacta e invencível uma religião, como das cinzas dos mártires da ciência surgiu fulgente a centelha santa da

<sup>78</sup> “Em vários tons”, A REPÚBLICA, 22/04/1893.

<sup>79</sup> Edição especial – “Discurso proferido pelo Dr. Braz de Mello”, A REPÚBLICA, 04/03/1893.

<sup>80</sup> BUENO, op.cit., p.87

verdade, como no suplício dos apóstolos da liberdade derivou-se a própria liberdade. [...] No momento angustioso e supremo em que o patriarca da nossa independência – o abnegado sonhador mineiro – beijava, ao subir, os degraus de seu patíbulo, do alto do qual, convicto, ele dizia a multidão, que pesarosa e abatida o contemplava: - jurei morrer pela liberdade da pátria. Cumpro hoje o meu juramento - [...] Tiradentes foi um profeta-mártir dos destinos políticos da nacionalidade brasileira.<sup>81</sup>

Comemorando o 14 de Julho, data que a República Brasileira homenageava a tão admirada Revolução Francesa, e que era utilizada por *A República* para consagrar o regime republicano, o jornal convoca a todos a ficarem de joelhos, como se faz perante um santo, para saudar a França:

De joelhos, perante essa data luminosa! Eis o santuário das glórias da humanidade [...]. A França completa o trabalho iniciado pelo Cristo: a cruz não é mais santa que a guilhotina! A data 4,000 não é mais eloqüente que 1789! Danton não é menor que Jesus! Belém não é maior que Paris! A igualdade cristã não é mais santa que a liberdade política<sup>82</sup>.

A República foi apresentada ao povo como a solução para todos os problemas do Brasil. Na medida em que o regime ia enfrentado dificuldades, os jornais situacionistas do Rio Grande do Norte logo tratavam de justificá-los. Em 1893, quando eclodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, logo demonstraram o apoio ao governo federal, repugnando os revoltosos e exaltando o regime<sup>83</sup>.

Em 1894, em artigo de comemoração ao 15 de novembro, *A República* fez um histórico dos cinco primeiros anos do regime, considerando 1893 como o “année terrible” para a história do novo regime. Neste ano, escreveu o jornal,

<sup>81</sup> “15 de Novembro”, A REPÚBLICA, 20/11/1896.

<sup>82</sup> “14 de Julho”, A REPÚBLICA, 20/07/1895.

<sup>83</sup> Em 1893 o governo federal teve que enfrentar as ações de rebeldes contrários à forma pela qual o regime estava sendo encaminhado. Em 1893 eclodiu a Revolta da Armada no Rio de Janeiro e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895). Para estudar melhor este período da história do Brasil ver CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 4 ed., v. 2, 1983, p. 97-189.

↑  
Esses  
aplicados  
-p  
texto



em março realiza-se no heróico Estado do extremo Sul a chamada invasão federalista, que trouxe o povo e o governo a braços com os mais cruéis labores para salvar a lei e o prestígio da autoridade; em setembro faz explosão a revolta da armada. Então já não é licito a nenhum brasileiro silenciar e deixar agir: era a própria sorte da República que perigava. Mas o resultado dessa luta épica aí está bem viva ainda na memória de todos para atestar nossa grandeza cívica.<sup>84</sup>

Em comemoração ao aniversário da Constituição *A República* lamentava, referindo-se aos acontecimentos do Sul, que “a concelebração desse imorredouro feito se tenha que dar entre os pungentes dissabores que enlutam-nos atualmente”. Defendendo a autonomia estadual, querendo demonstrar que o regime estava sendo benéfico para todos e já estava consolidado, o jornal continuava, afirmando que

o progresso das riquezas públicas, substituindo quase de improviso a decadência lastimosa em que jaziam as províncias do ex-império, parece o prêmio da competência com que em todas elas o espírito republicano proveu a organização exigida pela superioridade do regime federativo. Diversos estados, mesmo na iminência da crise da revolta, como São Paulo e Minas, têm por si honroso e extenso crédito no estrangeiro. [...] Em todos subsiste e desenvolve-se a prosperidade financeira a par da consolidação da política republicana. [...] [O Rio Grande do Norte] é hoje um estado autônomo, independente, próspero, confiante nos seus recursos, intransigente na sua independência federativa e na sua fé republicana.<sup>85</sup>

Na medida que o tempo passava e o governo republicano do Rio Grande do Norte não conseguia sanar os problemas do estado, *A República* pedia paciência ao povo, tentava convencer que nos tempos da monarquia os problemas eram maiores e que o regime estava promovendo uma “febre de crescimento”. O jornal afirmava, em artigo comemorando o 21 de Abril, que

<sup>84</sup> “Editorial”, A REPÚBLICA, 17/11/1894.

<sup>85</sup> “A Constituição”, REPÚBLICA, 24/02/1894. Após a promulgação da Constituição de 1891, o dia 24 de Fevereiro passou a ser comemorado.

“as instituições se firmam e criam raízes na experiência e na prática; porque, se maus dias tem atravessado o país, devidos a ódios e ambições inevitáveis em épocas de formação, os benefícios da mudança institucional operada pela incruenta revolução de 89, fazem-se sentir já sobejamente em todos os Estados da União, onde observa-se extraordinário envolvimento nos vários ramos da atividade humana. Quando comparamos o atraso das antigas províncias, que arrastavam-se numa penúria deprimente, com o movimento de vida e labor que anima todos os Estados, onde as enormes forças latentes do país começam a ser exploradas pelo trabalho nacional para a indústria, anunciando a grandeza econômica do Brasil ...<sup>86</sup>

Em 1896, ano em que Pedro Velho passou o governo para seu sucessor, o órgão oficial do partido publicou um grande artigo com o título “Pro Patria”. Neste artigo os republicanos fazem um histórico da República no Brasil, mostrando que ela foi implantada pela vontade do povo, com o objetivo de justificar as crises que ocorriam e fazendo ataques aos monarquistas, dizendo serem “surdas, deprimentes, insignificantes, doentias as manifestações de caráter monárquico”<sup>87</sup>. Enquanto a situação se justificava, a oposição ganhava espaço. Como afirma Almir Bueno,

A República tendeu a construir uma imagem bastante idealizada do novo regime, imagem essa que não correspondia à situação econômica e social do pequeno estado nortista, [...]. Essa contradição gerou desilusão nos republicanos mais sinceros e contribuiu para que surgisse um contra discurso, igualmente idealizado por parte dos antigos setores monarquistas mal aderidos à República, que realçava a ‘época de ouro’ que a nação vivera sob o Império, comparada à anarquia e ao caos dos primeiros anos republicanos no Brasil.<sup>88</sup>

Diante do avanço da imprensa oposicionista, os jornais de situação rebatiam os ataques afirmando que “a propaganda monárquica não medrará entre nós, por mais que se

<sup>86</sup> “Vinte e um de Abril”, A REPÚBLICA, 25/04/1896.

<sup>87</sup> “Pro Patria”, A REPÚBLICA, 10/11/1896. Muitas vezes os jornais lançavam artigos em defesa da República aproveitando-se também da proximidade de alguma comemoração, neste caso, do aniversário da proclamação.

<sup>88</sup> BUENO, op.cit., p.28

esforcem os seus promotores; e a República será mantida, para bem da pátria”<sup>89</sup>. As datas comemorativas, como meio de divulgação dos ideais e interesses do governo republicano, de consolidação e legitimação do regime, não passaram indiferentes à oposição, porém, de uma forma diversa dos republicanos da situação. Perceber como os jornais oposicionistas se utilizaram das datas comemorativas para defender suas opiniões será o objetivo do próximo capítulo.

---

<sup>89</sup> “Vinte e um de Abril”, A REPÚBLICA, 25/04/1896.

## Capítulo 3

### A imprensa oposicionista comemora a República<sup>90</sup>

Fazem [sic] hoje dois anos que foi promulgada a Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil.

Tão cedo ainda, e da infeliz obra do 15 de Novembro apenas restam *trapos*.

A federação morta, os governantes vaiados e loucos, a guerra civil, a República aviltada, eis em síntese o que observamos cheios de amarga tristeza.

Infeliz Pátria Brasileira!

("24 de Fevereiro". O NORTISTA, 24/02/1893.)

Os primeiros anos da República no Rio Grande do Norte, até aproximadamente 1896, foram marcados pela tentativa de Pedro Velho consolidar o poder de sua família no estado. O seu governo (1892-1896) foi caracterizado por práticas políticas imbuídas de "coerção, desigualdade e nepotismo", práticas essas que se contrapuseram à imagem idealizada de república, tão disseminada durante o período da propaganda<sup>91</sup>. Essa distância entre o discurso e a prática "gerou desilusão nos republicanos mais sinceros e contribuiu para que surgisse um contradiscurso, igualmente idealizado por parte dos antigos setores monarquistas mal aderidos à República"<sup>92</sup>. As oposições a Pedro Velho tiveram voz nas folhas de seus jornais e travaram nelas uma batalha, não só pelo poder, mas também em defesa de seus ideais políticos. De que maneiras esses porta-vozes se utilizaram das datas comemorativas para fazer oposição ao governo estadual será o objeto deste capítulo.

Entre 1890 e 1896 três órgãos da imprensa tiveram destaque na oposição a Pedro Velho no estado. O *Rio Grande do Norte*, *O Nortista* (1892-1895) e o *Diário do Natal* (1895-

<sup>90</sup> As datas comemorativas foram instituídas com a ideia de que para não esquecer é necessário lembrar. A imprensa oposicionista, como veremos no desenvolvimento do capítulo, nem sempre utilizou as datas com a intenção positiva de comemorar, e sim, muitas vezes, de criticar a maneira como os governantes republicanos representavam o novo regime. Mas essa forma de crítica encontrada pelas oposições, através das datas, não deixou de ser uma (re)memoração dos fatos.

<sup>91</sup> Para estudar as práticas políticas no Rio Grande do Norte no início da República ver BUENO, op., cit., p. 185.

<sup>92</sup> Id. Ibid., p.28.

1906). Estes dois últimos podem ser considerados um só, pois um foi a continuação do outro, e tinham como redator-chefe Elias Antônio Ferreira Souto. Independente, sua linha crítica a Pedro Velho mantinha-se distante dos outros grupos de oposição, aos quais frequentemente censurava pelas “picuinhas que raramente os levavam a se unir contra o inimigo comum”<sup>93</sup>.

O Rio Grande do Norte, após o rompimento com Pedro Velho e a vitória de Deodoro da Fonseca para Presidente da República, passou a ser órgão oficial do governo estadual<sup>94</sup>. Durante esse período (de fevereiro a novembro de 1891), o jornal parece ter dado mais importância às datas comemorativas que o órgão oficial do Partido Republicano. Enquanto *A República*, em 1891, apenas publicou um pequeno artigo em homenagem a Tiradentes<sup>95</sup>, não publicando nem ao menos uma nota sobre o 15 de Novembro, o *Rio Grande do Norte* fez referência a seis datas<sup>96</sup>. O 15 de novembro mereceu uma edição especial, com capa em vermelho e foto de Deodoro (ver anexo A; p. 57). Em suas páginas, exaltava Deodoro e a República, que fora implantada devido ao “espírito democrático do povo brasileiro” sem ter derramado “uma gota de sangue”<sup>97</sup>. O *Rio Grande do Norte*, defendendo sua posição como porta-voz oficial do governo, reafirmava também os ideais republicanos e previsivelmente comemorou a proclamação da República.

Com a renúncia de Deodoro em 23 de Novembro de 1891 e a queda de Miguel Castro no dia 28, o *Rio Grande do Norte* perdeu sua posição como órgão oficial. Pedro Velho assumindo o governo do estado e Floriano Peixoto a presidência da República, em exercício,

<sup>93</sup> Id. Ibid., 247

<sup>94</sup> Pedro Velho, ao votar em Prudente de Moraes para Presidente da República, contrariou a decisão da “Tríplice Aliança” em votar em Deodoro, rompendo assim a aliança. Com a vitória de Deodoro e Miguel Castro no governo estadual, o grupo do *Rio Grande do Norte*, que permaneceu fiel a Deodoro, passou a ser situação. Para estudar melhor a cisão ver BUENO, op.cit., p. 120.

<sup>95</sup> Com o título “Tiradentes”, publicado em 25/04/1891.

<sup>96</sup> Neste ano o jornal publicou artigos sobre o 14 de Julho, o 7 de Setembro e o 15 de Novembro; publicou uma nota sobre o 13 de Maio e mencionou o 21 de Abril, em um pequeno artigo comemorando a fundação do jornal (“21 de Abril”, 26/04/1891), e o 12 de Junho, em uma nota anunciando a eleição de Miguel Castro para Governador, fazendo referência à coincidência com a data em que se comemorava a morte de Frei Miguelinho (“Dr. Miguel Castro”, 14/06/1891). Para visualizar melhor ir em Anexo B; Tabelas 1 a 5; p. 60 e em Anexo C; gráficos; p.66-67.

<sup>97</sup> “Estados Unidos do Brasil – 15 de Novembro de 1889”, RIO GRANDE DO NORTE, 15/11/1891.

9  
 teve informações  
 históricas  
 aqui  
 no livro

o jornal passou a ser o principal órgão de oposição no estado, tanto ao líder estadual quanto ao federal. Neste momento, o discurso do Rio Grande do Norte mudou, defendendo sim a República, mas não os governantes republicanos que estavam no poder. Utilizando-se da mesma estratégia d'A República, o Rio Grande do Norte fez uso das datas comemorativas\* para construir sua versão da história da proclamação da República, de seus heróis e, principalmente, defender seus interesses e opiniões, combatendo seus inimigos políticos.

Os heróis são figuras indispensáveis à construção de uma história nacional, de um “mito de origem”, pois eles são

símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico<sup>98</sup>.

Os republicanos então, sentiram a necessidade de construir seus heróis, porém, tiveram dificuldades devido “a falta de envolvimento real do povo na implantação do regime [que] leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica”<sup>99</sup>. Alguns foram candidatos a heróis da República, como Benjamin Constant, Floriano Peixoto, José Bonifácio, Tiradentes e Deodoro. Aqui no Rio Grande do Norte, pelos jornais, a disputa parece ter ficado restrita aos dois últimos. *A República*, em seus artigos comemorativos do 21 de Abril, sempre exaltava o predecessor do regime, o mártir, o herói. Já o *Rio Grande do Norte* dividia a data entre Tiradentes, o “precursor da República”, e o seu próprio aniversário, como podemos observar no artigo intitulado “O nosso aniversário”:

<sup>98</sup> Sobre a tentativa de se construir heróis para a república ver CARVALHO, A Formação das Almas, p. 55-73.

<sup>99</sup> Id. *Ibid.*, p. 55.

Em 21 do corrente, dia que a República Brasileira consagrou à comemoração dos precursores da liberdade resumidos no vulto do grande patriota Tiradentes, entrou nosso periódico no seu terceiro ano de existência. Começando a publicação do *Rio Grande do Norte*, em 21 de Abril de 1890, traçamos então nosso programa, do qual diz-nos a consciência que não nos temos afastado da linha...<sup>100</sup>

Apesar da homenagem a Tiradentes iniciar o artigo, ele parece ter sido escrito com o objetivo primeiro de comemorar o aniversário do periódico, postura essa observada nos cinco artigos publicados sobre o 21 de Abril entre 1890 e 1896.

~~Para os integrantes do *Rio Grande do Norte* todos deviam gratidão ao proclamador da~~ República, Deodoro da Fonseca. Nos dois primeiros aniversários do regime as edições especiais trouxeram ilustração do “benemérito brasileiro generalíssimo Deodoro da Fonseca [...] a quem a Pátria renderá sempre homenagens de sua profunda gratidão...”<sup>101</sup> (ver anexo A; p. 53 e 57). E foi ele, Deodoro, que parece ter sido o escolhido pelo *Rio Grande do Norte*<sup>102</sup> a herói da República. Durante o período em que circulou, o *Rio Grande do Norte* não deixou de publicar nunca artigos sobre o 15 de Novembro. No teor desses artigos estavam sempre presentes elogios a Deodoro, elevando-o a posição de herói. Em 1894, o jornal comemora a data afirmando que

escudado no heroísmo legendário de um nome prestigioso o movimento revolucionário de 15 de Novembro [...] fez a integração da República no continente americano em 1889. O homem que em um dia enfeixou nas mãos todos os poderes, proclamando o novo regime, serviu-se deles para garantir e manter a ordem, a paz, a tranquilidade [...] do País. Está na memória e na consciência de todos que o heróico e imortal fundador da República, marechal **Deodoro da Fonseca** [grifo nosso], que fez-la com o risco de sua cabeça, a 15 de Novembro de 1889, não semeou o terror e o luto; e tanto se

<sup>100</sup> “21 de Abril”, RIO GRANDE DO NORTE, 26/04/1892.

<sup>101</sup> Edição especial, RIO GRANDE DO NORTE, 20/11/1890. A outra edição com a imagem de Deodoro na capa foi “Estados Unidos do Brasil – 15 de Novembro de 1889”, RIO GRANDE DO NORTE, 15/11/1891.

<sup>102</sup> Lembremos que foi durante o Governo Deodoro que o grupo do *Rio Grande do Norte* viveu seu momento áureo na política potiguar, trazendo assim, nas páginas do jornal, constantes reverências ao Marechal. Contudo, afirma Almir Bueno, foi no governo Floriano Peixoto, particularmente no período da Revolução Federalista e da Revolta da Armada que se radicalizou a postura “deodorista” dos integrantes do jornal. BUENO, op.cit.,243.

elevou às maiores culminâncias naquele dia inolvidável, como a 23 de Novembro de 1891, poupando o sangue da família brasileira<sup>103</sup>.

O jornal, assim, elevava Deodoro ao panteão de herói, até mesmo no momento de sua renúncia. E, ainda reafirmava, tendo consciência da importância da memória e dos heróis para a promoção do regime, que “não há melhor glorificação do que a do juízo dos pósteros”, procurando assim consagrar Deodoro como um dos “fundadores da República”<sup>104</sup>.

Partidário e admirador de Deodoro, o *Rio Grande do Norte* se contrapôs às comemorações do 23 de Novembro, data da renúncia do marechal. Em 1893 *A República* publicou um artigo intitulado “AS DUAS REVOLUÇÕES” [sic], comemorando o 15 e o 23 de Novembro. Comparando a data da proclamação com o 23 de Novembro, *A República* afirmava que a nação

levantou-se, igualmente pressurosa, dignificada, agradecida, coerente, ativa e solícita em todos os Estados da União, para unificá-los e estreitá-los nos efeitos da Revolução de 23 de Novembro, também incruenta triunfante, e ainda para desagravar a dignidade republicana, restaurar a Constituição, garantir integralmente a realidade, a permanência e eficácia das instituições adaptadas<sup>105</sup>.

Um ano depois, como que respondendo ao artigo d'*A República*, o *Rio Grande do Norte* publicou um texto sob o título “AS DUAS DATAS”, também aludindo ao 15 e ao 23. Referindo-se à Revolução Federalista como uma consequência do governo Floriano Peixoto, o jornal “sugere considerações diversas” sobre o 23 de Novembro, devido ao “vestígio indelével que deixou de sangue derramado no solo da Pátria, pela divisão da família brasileira em vencedores e vencidos...”. Defendendo a causa da Revolução Federalista e criticando o governo, o jornal continuava:

<sup>103</sup> “15 de Novembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 14/11/1894.

<sup>104</sup> “15 de Novembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 12/11/1895.

<sup>105</sup> “As duas revoluções”, A REPÚBLICA, 25/11/1893.

Por ironia da sorte, o heróico estado do Rio Grande do Sul, vira galgar em seus ombros hercúleos as ameias do poder, após a revolução triunfante a 23 de Novembro, o ex-vice-presidente da República, aquele mesmo que, mais tarde, não trepidou em converter-se em seu maior verdugo, ensangüentando as vastas campinas [...]. Republicanos, foram eles obrigados a lançar mão, com a dor na alma, no recurso supremo dos oprimidos; mas, não atentaram contra as instituições republicanas, por cujo advento souberam lutar...

Então, conclui o *Rio Grande do Norte*, que “a conquista de 15 de Novembro foi recebida mais como a celebração de uma páscoa, como já merecera ser considerada. Não assim o 23 de Novembro”, pois, o Rio Grande do Sul “despertou as simpatias precisamente pelas tradições republicanas que honram aquele heróico povo, justamente considerado guarda avançada da liberdade...” O 15 de Novembro seria então uma festa de passagem, enquanto o 23 de Novembro teria despertado o ardor revolucionário pela “causa da liberdade contra a tirania”<sup>106</sup>.

Uma outra data que causava indignação à oposição era o 28 de Fevereiro. No primeiro aniversário do governo Pedro Velho foi organizada uma grande manifestação pública, que durou o dia inteiro, com contratação de um trem para trazer as pessoas do interior para a capital. *A República* publicou uma edição especial, com quatro páginas, descrevendo a festa, os discursos e contendo textos de personalidades políticas em homenagem ao governador<sup>107</sup>.

O *Rio Grande do Norte*, indignado, publicou três artigos sobre a festa. O primeiro, com o título “Manifestação projetada”, justificava a festa como sendo uma “ vaidade enferma, tôla e esdrúxula do governador”, que fora exigida por Pedro Velho, por este ter se sentido “desautorado e ridicularizado” em consequência de uma “*manifestação carnavalesca*, que

<sup>106</sup> “As duas datas”, RIO GRANDE DO NORTE, 24/11/1894.

<sup>107</sup> “Edição especial”, A REPÚBLICA, 04/03/1893.

recebeu da população [...], na terça feira de carnaval, vendo o *balão memeu* de seu idolatrado irmão”<sup>108</sup>. E o jornal continuava, ridicularizando a festa:

Como, porém, nesta cidade não puderam encontrar pessoal suficiente que concorra para este fim, dizem, projeta-se mandar um trem expresso [...] trazer pessoal, que, aproveitando o passeio no trem possa ao menos servir de curiosos para assistir a falada manifestação pelo aniversário do *glorioso* e mercantilizador governo, que tem causado todos os males a este estado, desde 28 de Fevereiro de 1892!<sup>109</sup>

No segundo artigo, publicado no dia 2 de março, após a manifestação, o jornal descreve a festa, com tom irônico, na qual

o *frangão* do pedrovelhismo, tema de todas as sátiras, alvo de todos os ridículos, vai recebendo as *manifestações e comiásticas* da própria família, vaidosa e insaciável e as *mesuras dos lisonjeiros cortezãos*, sacerdotes do *absinismo* impudente e petulante, que faz *corterie* do governo...

Ainda atacando Pedro Velho e seus familiares, o jornal afirmava ter sido “surpreendentemente reduzido” o número de manifestantes, o que deve ter deixado “o sr. Pedro Velho [...] *macambúzio*, hipocondríaco como um *macaco tísico*...”<sup>110</sup>. Na terceira publicação, o *Rio Grande do Norte* fez críticas aos discursos pronunciados na festa e aos artigos publicados n’*A República*, chegando até a rebater frases inteiras proferidas na ocasião<sup>111</sup>. Nos três artigos o jornal demonstrava toda sua indignação com os festejos do 28 de Fevereiro, tanto que o último foi publicado ainda quase dois meses depois da festa, no dia 16 de abril.

<sup>108</sup> Augusto Severo, neste período deputado federal, era conhecido também por fazer experiências com balões, e, em 12 de junho de 1902 morreu em um acidente com o seu dirigível “Pax”, em Paris.

<sup>109</sup> “Manifestação projetada”, RIO GRANDE DO NORTE, 26/02/1893.

<sup>110</sup> “Últimos arrancos”, 02/03/1893.

<sup>111</sup> “Dia a dia”, 16/04/1893.

Na tentativa da construção dos fatos e da memória histórica, sob sua ótica, a oposição, assim como a situação, também manteve o povo no seu discurso. Para o *Rio Grande do Norte* a República era a “mais legítima aspiração do País”<sup>112</sup>, assim como fora a proclamação da Independência. Segundo o jornal, o “povo brasileiro sacudiu o jugo da metrópole tomando lugar independente no mapa das nações”, e, ainda completa, como fazendo um apelo à comemoração, “o Sete de Setembro é uma data nacional, faustosa, que não pode passar despercebida.”<sup>113</sup>. Tal apelo deve-se talvez à indiferença do governo republicano com a data<sup>114</sup>. O *Rio Grande do Norte*, em artigo comemorativo ao 7 de Setembro, reclamava que “já se não observa aquele entusiasmo e frêmito de outros tempos, aquele ruído das festas e o troar das girândolas, que traduziam as alegrias populares”, e, completa, justificando que



a ação do tempo tem produzido seus efeitos, modificando esse ardor [...], porém não quer dizer que tenha desaparecido do coração dos brasileiros, o santo amor da liberdade, que sabemos preservar da decadência, aquecendo-o ao calor das virtudes cívicas<sup>115</sup>.

Da mesma forma que o povo teria almejado a República, era ele que reclamava das práticas políticas dos seus líderes. Noticiando os festejos do 15 de Novembro, o *Rio Grande do Norte* comentava o desânimo do povo, cujo entusiasmo foi “amortecido pelas cenas de uma *legalidade sui generis* que impressiona o espírito menos preocupado com o futuro desta pátria”. O jornal lastimava ainda

a indiferença observada por parte da população que nada pôde influir e nem diminuir o brilho do grande feito, porque tal indiferença traduz simplesmente

<sup>112</sup> “Estados Unidos do Brasil – 15 de Novembro de 1889”, RIO GRANDE DO NORTE, 15/11/1891.

<sup>113</sup> “Sete de Setembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 6/7/1895.

<sup>114</sup> O 7 de Setembro, assim como o 13 de Maio, foram, em geral, datas delicadas para o governo republicano do período. Tanto a Independência quanto a Abolição foram atos do regime monárquico dos quais o governo preferia se afastar. Enquanto o *Rio Grande do Norte* publicou quatro artigos em comemoração ao Sete de Setembro, entre 1890 e 1896, *A República* apenas publicou dois. O posicionamento da situação em relação às duas datas foi discutido no capítulo anterior.

<sup>115</sup> “Sete de Setembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 8/9/1891.

o desgosto e impressão de que se acha apoderado o nosso povo, submetido ao mais infeliz dos governos no estado, representado por aquele que traiu as suas melhores promessas, especulando tristemente com as grandes idéias e reduzido hoje a ser simplesmente tolerado, descambando até para o terreno das visões *além-túmulo*, sendo considerado pelos seus próprios colegas da grande ciência como um – louco moral<sup>116</sup>.

E essa suposta indiferença do povo foi uma das armas de ataque da oposição ao líder republicano Pedro Velho. Elias Souto, em artigo sobre o 15 de Novembro, no seu *Diário do Natal*, comentava a “desoladora descrença e indiferença” das classes civis na comemoração da data. Relatava que “em Natal, da parte do povo, [...] não partiu ato algum de manifestação pública para comemorar o dia [...] 15 de Novembro”, houve apenas as solenidades oficiais, que, para o editor, em seu costumeiro tom sarcástico, teria sido tudo “pasmaceira”<sup>117</sup>. *A República*, no seu artigo sobre o Quinze do mesmo ano, confirmava a versão do oposicionista *Diário do Natal*. Em nenhum momento da descrição das comemorações, o jornal situacionista citou a participação popular, relatando apenas a passeata do 34º Batalhão e a iluminação das “fachadas dos edificios públicos”<sup>118</sup>. Mas nem sempre as versões sobre as festas coincidiam. Em 1893, *A República* publicou uma edição especial, chamada “Suplemento”, homenageando o regime e descrevendo os festejos como uma “solenidade patriótica [que] se efetuou com tão grande pompa e [que] teve o realce esplendente da mais verdadeira co-participação de todas as classes”<sup>119</sup> (ver anexo A; p. 58). Já o *Rio Grande do Norte* descreve os eventos na cidade com desânimo, relatando que a data passaria despercebida “se não fosse os festejos promovidos pelo 34º Batalhão de Infantaria” e a iluminação de “alguns outros edificios públicos”<sup>120</sup>, versão essa mantida pelo *O Nortista*, que descreveu as solenidades em poucas linhas, dedicando-se a criticar Pedro Velho, chamando-o de “Tartufo”, ao afirmar que o líder

<sup>116</sup> “As festas de 15 de Novembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 19/11/1892.

<sup>117</sup> “O 15 de Novembro”, DIÁRIO DO NATAL, 17/11/1895.

<sup>118</sup> “15 de Novembro”, A REPÚBLICA, 20/11/1895.

<sup>119</sup> “O nosso suplemento”, A REPÚBLICA, 18/11/1893.

<sup>120</sup> “Quinze de Novembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 19/11/1893.

estadual não teria conseguido que “as forças reunidas lhe fossem fazer continências”<sup>121</sup>. A forma de relatar as festas era também uma maneira de oposição ao governo.

A liberdade, um dos princípios mais caros aos republicanos, foi também um dos mais cobrados pela oposição. Considerados traidores dos ideais republicanos, Floriano Peixoto e Pedro Velho foram constantemente acusados de ataques contra a liberdade. Em artigo publicado com o título “Liberdade de Imprensa”, o *Rio Grande do Norte* divulgou uma investida de Pedro Velho contra a imprensa fazendo uma relação com o 1º de Janeiro, dia que se comemorava a Fraternidade Universal; noticia assim o jornal:

No dia 1º do corrente, quando a República o consagra a comemoração da fraternidade universal, novo, mais grave e brutal atentado foi ostensivo e vandalicamente cometido pelo democrata, republicano de rótulo, o sr. Pedro Velho, contra um direito sagrado – a liberdade de pensamento ...<sup>122</sup>

O periódico referia-se às ações de Pedro Velho contra o jornalista e professor Elias Souto que resultaram no pedido de demissão de Souto do cargo de professor primário no Estado<sup>123</sup>. A liberdade, um dos lemas da Revolução Francesa, foi várias vezes mencionada pelo *Rio Grande do Norte*, sendo o 14 de Julho a segunda data mais comemorada pelo jornal<sup>124</sup>. Sempre fazendo referência ao lema da Revolução, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, em seus artigos sobre o 14 de Julho, o jornal comemorou a data, em 1894, exaltando a imprensa e homenageando o acontecimento como

<sup>121</sup> “15 de Novembro”, O NORTISTA, 24/11/1893.

<sup>122</sup> “Liberdade de Imprensa”, RIO GRANDE DO NORTE, 06/01/1893.

<sup>123</sup> Para conhecer as medidas executadas por Pedro Velho contra Elias Souto e contra a imprensa oposicionista de um modo geral, ver SOUZA, op.cit., p. 172.

<sup>124</sup> Enquanto *A República* apenas publicou dois artigos sobre o 14 de Julho, entre 1890 e 1896, o *Rio Grande do Norte* só deixou de publicar alguma notícia em 1896. Para ver a relação de todas as datas publicadas pelos dois jornais ir em Anexo B; p. 60, 62 e 63. E para visualizar que datas foram mais ou menos publicadas por cada jornal ir em Anexo C; p. 67.

o primeiro e um dos mais assinalados feitos da grande revolução que no século passado sacudiu a alma da França e agitou a Europa, revolução que, no dizer de um escritor, “tem sua causa principal e originária na natureza do homem, na sua perfectabilidade, no desenvolvimento de sua inteligência”, salientando entre as quais podem chamar ocasionais, e como a mais antiga, “o descobrimento da **Imprensa** [grifo nosso], que veio a ser para as faculdades morais do homem o mesmo que a charrua para as suas necessidades físicas”<sup>125</sup>.

Elias Souto, em seu estilo marcado pelo saudosismo monárquico, clamou também pela liberdade<sup>126</sup>. Em artigo intitulado “15 de Novembro” *O Nortista* faz referência à proximidade da posse do sucessor de Floriano na presidência da República, em 15 de novembro de 1894, e ao desengano com os governantes do novo regime:

Aproxima-se esse grande dia que traz suspensos todos os espíritos.

A nós, do ‘Nortista’ ela não trará ilusões, nem decepções.

O seu estrépito não nos intimidará, nem nos seduzirá.

O Nosso posto será sempre o mesmo:

- IMPRENSA LIVRE E INDEPENDENTE, - *sem cabresto nem politicagem.*

Pouco nos importa que o marechal Floriano role até o abismo, ou que suba à tona d’água, ou que fique na *ponta ou na bagagem*<sup>127</sup>.

As atitudes coercitivas de Pedro Velho, contrárias ao discurso republicano de liberdade, deram margem a um contradiscurso idealizado em relação à monarquia, que transparecia nos artigos de Elias Souto sobre o 13 de Maio e o 7 de Setembro<sup>128</sup>. Para ele, o governo “verdadeiramente patriota” foi o que “promulgou a lei que aboliu totalmente a

<sup>125</sup> “14 de Julho”, RIO GRANDE DO NORTE, 14/07/1894.

<sup>126</sup> Os chamados saudosistas monárquicos ou afetivos alimentavam uma nostalgia pela monarquia, mas não atuavam em movimentos de restauração. Eram descontentes com as mudanças ocasionadas pelo novo regime e criticavam as ações políticas dos novos governantes. Para conhecer melhor os saudosistas ver JANOTTI, op.cit., 1986, p.10.

<sup>127</sup> “O 15 de Novembro”. O NORTISTA, 09/11/1894.

<sup>128</sup> Para estudar as práticas políticas no governo Pedro Velho, a relação liberdade/coerção, ver BUENO, op.cit., p. 193-226.

escravidão no Brasil” e, a nação, naquela época, “sentia esta fibra eletrizante de patriotismo que enobrecia a alma brasileira”. Porém, a

democracia moderna apagou esse fogo sagrado e plantou no coração dos homens que governam a perfídia traiçoeira, a cobiça renegada, que vieram matar os estímulos nobres de um País ainda novo e que caminhava pela larga do mais futuroso porvir.

O Brasil libertou seus escravos; mas também está sujeito ao fero poder do militarismo que nos governa pela força bruta da metralha.

A áurea lei de 13 de Maio libertou uma grande parte da família brasileira: a República que veio como consequência lógica daquela lei, escravizou a Nação...<sup>129</sup>

O 7 de Setembro e o 13 de Maio eram as datas preferidas dos jornais de Elias Souto, pois elas simbolizavam os atos de um governo que ele considerava “verdadeiramente democrático”<sup>130</sup>. Em artigo sobre o 13 de Maio, *O Nortista* referia-se à data como sendo a representação da “encarnação viva do verdadeiro ideal democrático” e, atacava o governador acusando-o de nunca ter sido “abolicionista, nem republicano convicto”, pois, quando a propaganda abolicionista começou

no sertão da zona potiguar, pelos municípios de Mossoró e Assú no ano de 1883, [...] o sr. Dr. Pedro Velho, na Ilha dos Maranhão, mandava os escravos do engenho de seu *preclaro pae*.

Somente no ano de 1888, quando a abolição já estava feita em quase todo o País, e os libertadores estavam aí em qualquer canto do Estado [...], foi que o dr. Pedro Velho intitulou-se de *abolicionista* nesta capital, já explorando e especulando as glórias ou *favas* que contava certas, pelo *triunfo* que prestes se anunciava, para assim conquistar honras a que não tinha direito algum absolutamente. O dr. Pedro Velho em matéria de abolição era apenas um *convertido!*

Desde esse tempo que o dr. Pedro Velho explorava e especulava para galgar a posição que hoje ocupa; e o que fez com a abolição, poucos tempos depois fez com a *República*, fazendo-se *republicano* à rogos dos outros...<sup>131</sup>

<sup>129</sup> “13 de Maio”, O NORTISTA, 13/05/1892.

<sup>130</sup> Quando nos referimos que o 13 de Maio e o 7 de Setembro eram as datas comemorativas preferidas de Elias Souto queremos dizer que os artigos referentes a elas eram geralmente maiores e com um tom comemorativo positivo e, sempre, referindo-se ao passado monárquico.

<sup>131</sup> “O dia 13 de Maio”, O NORTISTA, 18/05/1894.

Nos artigos sobre 7 de Setembro, Elias Souto relembra a data como o dia que “trouxe a verdadeira liberdade ao Brasil; e à sombra desta sazoadam frutos que só a vertigem da nova República pôde apodrecer e contaminar”, pois,

tínhamos uma Pátria livre e esta República a tornou escrava; tínhamos o direito do voto dele, [do dia 7 de Setembro]. As províncias livres converteram-se em Estados enfeudados. Salve dia 7 de Setembro; e que seja precursor de um outro - 7 de Setembro – que venha restaurar a liberdade do cidadão que desapareceu do cenário desta desventura da Pátria Brasileira<sup>132</sup>.

Souto idealizava um passado monárquico livre e democrático, comparando-o com o presente republicano “despótico e corrupto”. Para ele, antes a nação

ostentava a soberania, que hoje acha-se abatida e ludibriada pela força despótica e pela trapaça de um governo indecente e corruptor que matou as aspirações nacionais, - e condenou o povo brasileiro a mais triste e deplorável condição – sem direito, sem liberdade e sem voto. Os intitulados representantes da nação dão no Congresso o mais vergonhoso exemplo de servilismo. [...]. A política nos estados continua verdadeira negociação mercantilista, onde a barganha e o banditismo substituíram a organização do serviço público<sup>133</sup>.

Apesar de seu *O Nortista* ser o único jornal a circular com a relação de todas as datas comemorativas na primeira página, pelo menos no primeiro ano dele, Elias Souto publicou poucos artigos em relação a elas (ver anexo B; p.64)<sup>134</sup>. Em pequenos artigos, Souto aproveitava-se das datas comemorativas, e do que elas simbolizavam, para tecer críticas ao regime e ao governo republicano. Em 15 de Julho de 1892, um dia depois da data que celebrava a Revolução Francesa, *O Nortista* publicou o seguinte artigo, com o título “Vice-

<sup>132</sup> “7 de Setembro”, DIÁRIO DO NATAL, 07/09/1895.

<sup>133</sup> “7 de Setembro”, DIÁRIO DO NATAL, 07/09/1896. Nesta edição o jornal trouxe uma capa especial em homenagem ao Sete de Setembro. Para essa contraposição entre passado monárquico glorioso e presente republicano vergonhoso ver BUENO, op.cit., p. 228-255.

<sup>134</sup> Curiosamente Elias Souto, em seu *O Nortista*, no primeiro ano de circulação do jornal, publicava na primeira página, em um quadrinho do lado esquerdo da folha, a relação dos “dias de festa nacional” e dos “feriados no estado”, postura essa que os jornais pesquisados, nem os situacionistas, adotou.

Rei e Sargento-Mór” [sic], criticando a política “anárquica” do governo que teria “matado” a liberdade dos estados:

Para consolidar o seu Governo alarmou a Nação. Matou a nascente federação e autonomia dos Estados; plantou a Guerra Civil, que se até [sic] e devasta o País de um modo assombroso: restabeleceu as antigas e novas devassas para mártir usar novos Tiradentes, Dirceus e Celaucestes; bombardeia as cidades e capitais populosas dos Estados; atira cinicamente vítimas aos ferozes e abismos dos mares enraivecidos; avilta a anarquia, tudo, - para consolidar, não a verdadeira República mas um domínio despótico e FEUDAL; - para construir-se, não um cidadão Presidente Republicano, mas um feroz *Barbacena*, para tornar-se um VICE-REI – desta nova colônia Brasileira<sup>135</sup>.

Em artigo de 1896 sobre o 15 de Novembro, o *Diário do Natal* “comemora”, sarcasticamente a data, indagando:

[...] se o 15 de Novembro por uma revolução incruenta fez, como por encanto, quebrar os últimos laços que ainda detinham o Brasil nos seus vãos de Nação verdadeiramente livre; e se desse brilhantíssimo triunfo do ideal democrático nasceram acendradas esperanças de termos uma Pátria dignificada pelo sistema mais altruísta dos povos cultos; se por tudo isto o dia de hoje devia ser para os brasileiros a simbolização de todas as suas alegrias, de todas as suas esperanças – ele vem trazer-nos a dura realidade e da mais amarga e pungente desilusão!<sup>136</sup>

Para Elias Souto, a República representava um retrocesso, e, sendo assim, não havia motivos para se comemorar nada. Visão essa não compartilhada pelos integrantes do *Rio Grande do Norte*, pois, para eles, a “República há de ser sempre a forma de governo pela qual, unicamente homens deverão dar as vidas”, embora, tenha sido “deturpada”<sup>137</sup>, transparecendo sua oposição ao governo republicano vigente, mas não ao regime.

<sup>135</sup> “Vice-rei e Sargento-mór”, O NORTISTA, 15/07/1892.

<sup>136</sup> “15 de Novembro”, DIÁRIO DO NATAL, 15/11/1896.

<sup>137</sup> “Quinze de Novembro”, RIO GRANDE DO NORTE, 14/11/1896.

O *Rio Grande do Norte* e os jornais de Elias Souto formaram, no período inicial da República no Rio Grande do Norte, a oposição mais ferrenha a Pedro Velho. Cada um a seu jeito, defendendo seus ideais, travaram uma batalha contra as idéias políticas reveladas n'*A República* e n'*O Caixeiro*. As datas comemorativas, que tiveram o objetivo primeiro de ajudar na legitimação do regime republicano, transformaram-se também em um campo onde essa batalha ideológica se desenvolveu.

## Conclusão

A comemoração, como ato de (re)lembrar, fez parte da tentativa de construção da memória republicana no Rio Grande do Norte. A escolha de fatos e personagens que melhor representassem a idéia de República no passado, construindo assim uma história de lutas, feitos e heróis constituiu a tentativa de legitimação do novo regime no estado. No conturbado início da República, datas foram instituídas pelos governos, nas quais, grupos em conflito tomaram para si àquelas que melhor defendessem seus objetivos, estabelecendo assim, cada um, a sua versão dos fatos, transparecida nos seus porta-vozes, os jornais, principal meio de comunicação da época.

Os jornais situacionistas utilizaram-se das datas não só para tentar legitimar o regime republicano, mas também para consolidar o poder dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte. Na contramarcha estavam os jornais oposicionistas, que faziam dos artigos comemorativos campos de batalha contra o governo republicano. Essa forma de luta pelo poder, através de artigos comemorativos, simboliza a importância dada pelos políticos potiguares, e, conseqüentemente a imprensa, às datas. Nem mesmo os jornais do saudosista Elias Souto as ignorou, comemorando, de forma negativa na maioria das vezes, a República. Pois, se comemorar é lembrar, tanto situação quanto oposições desempenharam esse papel; porém, os interesses de cada um é que ditavam que datas deveriam ser (re)lembradas ou simplesmente esquecidas.

O “esquecimento” de algumas datas por determinados jornais tinha o objetivo de defender interesses e ideais políticos, como, por exemplo, as datas que celebravam o governo Pedro Velho, ignoradas pelos *O Nortista* e *Diário do Natal*, jornais estes que comemoravam o 7 de Setembro e o 13 de Maio como as datas mais importantes do calendário, ao mesmo tempo que elas tiveram pouca atenção *d'A República*. Porém, para alguns esquecimentos a

pesquisa não conseguiu ter uma resposta tão clara, como as datas comemorativas nacionais 3 de Maio (Descoberta do Brasil) e 12 de Outubro (Descoberta da América) e, praticamente todas as estaduais, que simplesmente não são mencionadas em nenhum jornal pesquisado. Sobre as duas primeiras, talvez não interessassem a nenhum grupo devido à distância temporal dos acontecimentos e ao momento político. Temos ainda que apontar que a maioria dos jornais circulava uma vez por semana e se a data a ser comemorada caísse longe do calendário de publicação do jornal ela era, dependendo da data, simplesmente ignorada. Sobre as datas estaduais apenas duas foram mencionadas em alguma nota, o 19 de Março (governo André de Albuquerque) e o 12 de Junho (morte de Frei Miguelinho), datas consagradas aos heróis potiguares, que, pela *A República*, tiveram mais importância que as datas em si. Quanto às demais, seus esquecimentos, ficam para posteriores interpretações.

Ao iniciarmos a pesquisa pretendíamos estudar como as datas comemorativas contribuíram no processo de legitimação do regime republicano no estado. Analisando os principais jornais em circulação da época, nos deparamos com um universo rico em análises e interpretações, que em muito ainda tem a contribuir para uma melhor compreensão da importância das datas comemorativas no processo de construção da memória republicana no Rio Grande do Norte. Dessa maneira, constatamos ser este um trabalho apenas inicial, pois o tema instiga o desenvolvimento de novas pesquisas, análises e, conseqüentemente, de um novo trabalho.

## Fontes e Bibliografia



## A) Fontes

## A 1. Decretos

DECRETO do Governo do estado do Rio Grande do Norte. 1ª parte: 7 de Dezembro de 1889 a 6 de Junho de 1891; 2ª parte: 17 de dezembro de 1891 a 3 de Dezembro de 1895. Natal: Typ. da Renaud, 1896. p. 72-74.

## A 2. Jornais

O Caixeiro, Natal/RN, ago.1892/mar.1894.

Diário do Natal, Natal/RN, set.1895/dez.1896.

O Nortista, São José do Mipibú/RN, jan.1892/mar.1893; Natal/RN, mar.1893/set.1895.

A República, Natal/RN, jan.1890/dez.1896.

Rio Grande do Norte, Natal/RN, abr.1890/mar.1896.

## Bibliografia

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p.20. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2).

BRESCIANNI, Stella; NÁXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: UNICAMP/FAPESP/CNPq, 2001.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: Imprensa e Ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1983, v. 2, p. 97-189.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** 2. ed. Rio de Janeiro: Achimé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

D' ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, setembro 1992/agosto1993, p.97-103.

FERREIRA NETO, Edgar Leite. **O improviso da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX.** Niterói, RJ. Dissertação de mestrado, UFF, 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os Subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Rio de Janeiro: VÉRTICE/IUPERJ, 1988.

LIMA, Wellington Márcio Bezerra de. **As relações entre Igreja Católica e Estado Republicano no Rio Grande do Norte através do jornal A República (1889-1891).** Monografia (graduação em História). Natal, UFRN, 2002.

LINDOSO, José A. Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República.** Natal: CCHLA/UFRN, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 1989.

SILVA, Janice Theodoro da. **Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930).** São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.14, 1994.

SOBRINHO, Luís M. **A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908.** Natal: Sebo Vermelho/Fundação José Augusto, 1998.

SOUZA, Itamar. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930).** Brasília: Senado Federal, 1989.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 271-294.

Anexo A - Figuras

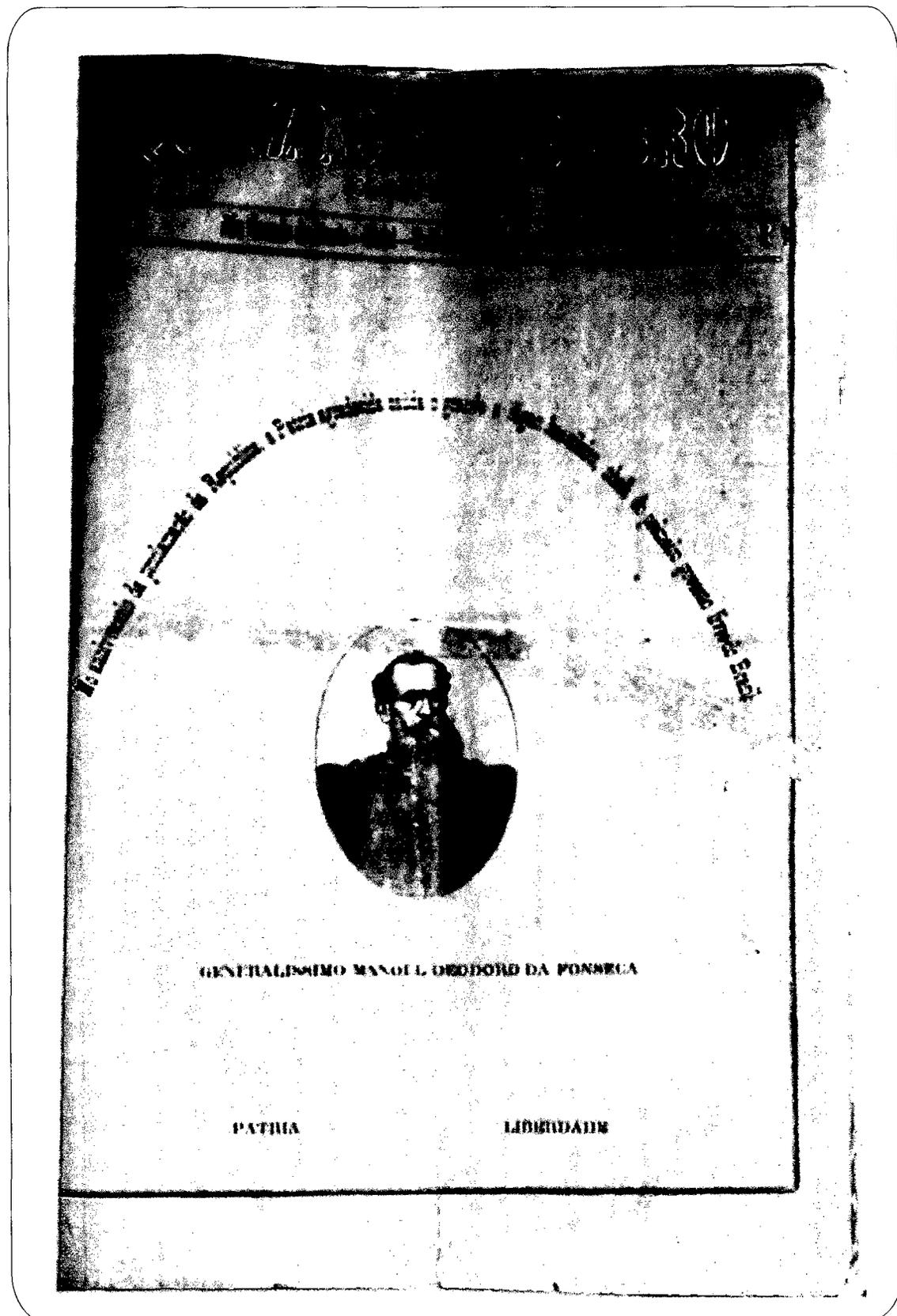


Figura 1 – Capa da edição especial publicada conjuntamente pelo *Rio Grande do Norte* e *A República*, em comemoração ao primeiro aniversário da proclamação da República.

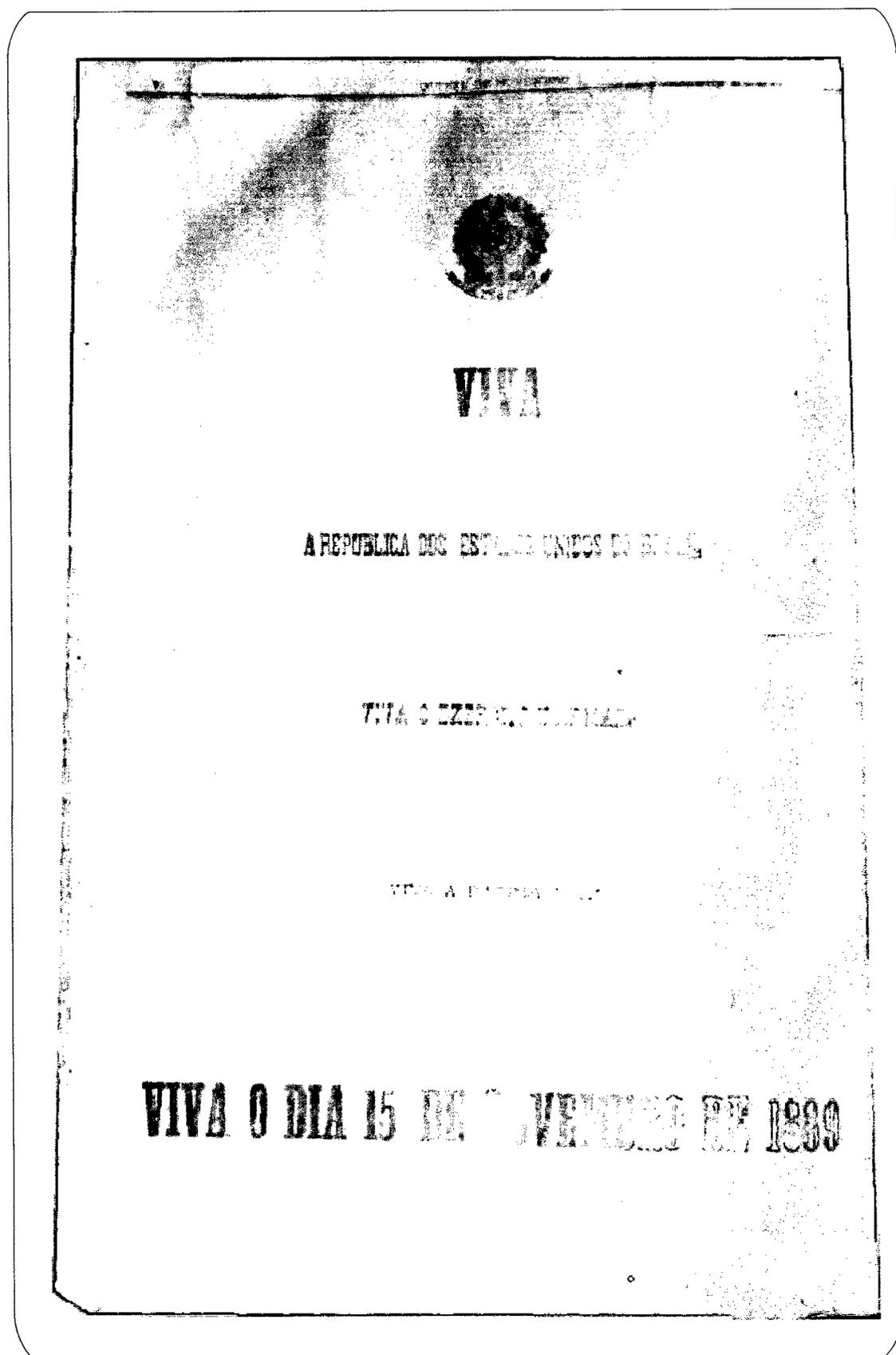


Figura 2 – Contracapa da edição especial publicada pelo *Rio Grande do Norte*, conjuntamente com *A República*, em comemoração ao primeiro aniversário da proclamação da República.



Figura 3 – Capa da edição especial d’*A República*, publicada em 4 de março de 1893, comemorando o primeiro aniversário do governo Pedro Velho.

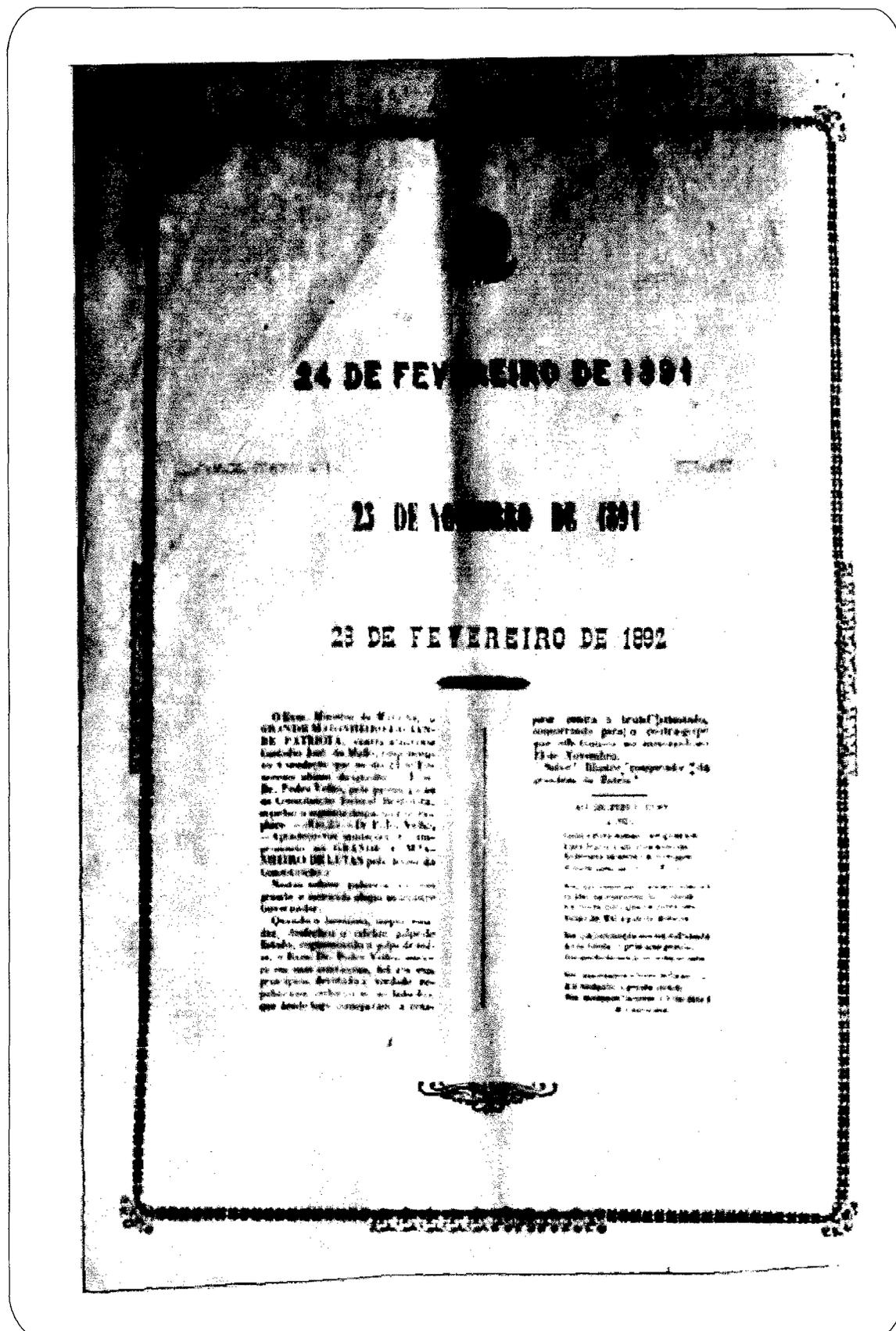


Figura 4 – Contracapa da edição especial publicada em 4 de março de 1893, comemorando o aniversário do governo Pedro Velho. Observe também as datas alusivas à Constituição de 1891 (24/02) e a queda de Deodoro (23/11).

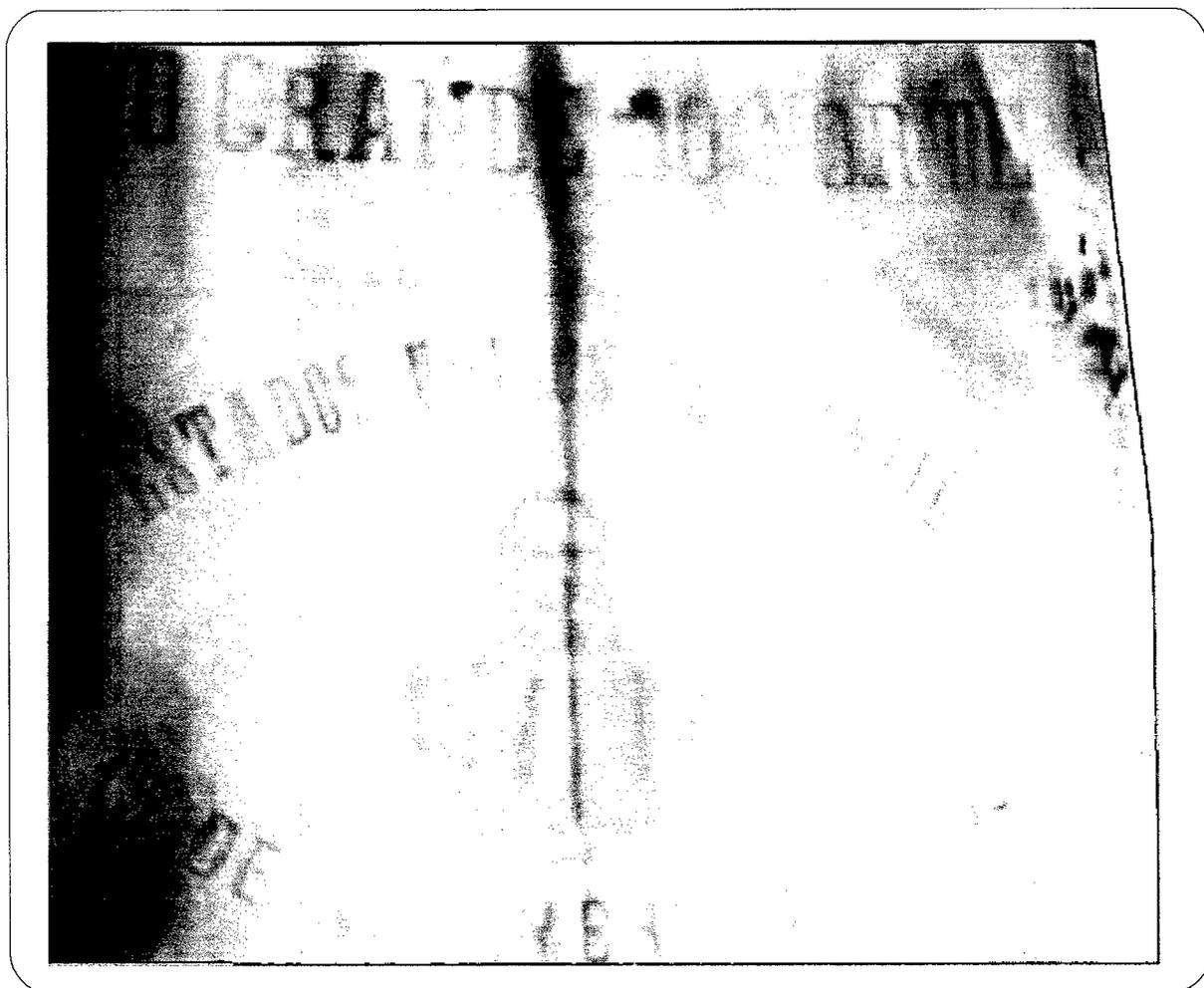


Figura 5 – Capa da edição especial publicada pelo *Rio Grande do Norte*, em 15 de novembro de 1891, homenageando a proclamação da República e Deodoro da Fonseca.

# SUPPLEMENTO

No numero 244 da "A Republica"

## O nosso supplemento

Ha de perdurar indelevel e gloriosa a memoria dos habitantes de nossa capital a lembrança da extraordinaria impoenencia com que realisaram-se, na ultima quarta feira, as festas do quarto anniversario da proclamação da Republica.

Jamais solemnidade patriótica se effectou com tão grande pompa e teve o realce esplendente da mais verdadeira participação de todas as classes, expressivamente demonstrada pelo comparecimento de quasi todas as camadas da população, a acclamação e o ardente animação de todos durante todo aquelle dia. Ha de ser sempre um dia de glória para nós. Rio Grande do Sul, a partir de hoje, sempre se lembrarão da proclamação da Republica e sempre se lembrarão da gloriosa e feliz jornada de 15 de Novembro.

mas em uma palavra, segundo as leis de Deus e as da Natureza, da bondade, do poder e da sanidade deltas.

Nos, portanto, que jamais hesitamos, no instante sequer, na proclamação que NOS FILIPPIOS adoptar desde os primeiros dias que se seguiram ao de 7 de Setembro ultimo: que mantivemos-nos na altura da corresponsabilidade com que admiravelmente punto seo abnegado e edificante procedimento o chefe do Estado e do partido que tem a felicidade de proporcionar e obuecer as suas inspirações: nós que, — não obstante a saravada de especulações, boças, de insultos vilanosos, de calumnias rampantes que pretendem atrair-nos, e nos arrastar quasi na lama de nossas ruas, a um tagem partidista, — não a, não cair sobre nós, sobre, porém, apenas a triste altura da miserissima fenda, unica susceptivel de caber na ristrel, mane-luzia dos nossos inimigos, — sempre...

## Festejes de 15 de Novembro

Não cabe nos limites de nossa descripção o rendimento de festas que em nossa capital celebramos o 4.º anniversario da Republica. Baste a lembrança de se tentarem narrar o que nos todos assistimos, entre as expressões do publico e as do deslumbramento quasi legitimo que nos cobriu as marchas do Batalhão e as do serviço da S.ª Brigada sob o ardente atencimento de haes de milhares e também de milhares de formidáveis pontos, prolongando agradavelmente os tempos da alvorada deante dos respectivos quartetes.

Permanecemos em seguida as ruas principaes da cidade, desbravando abnegadamente o patriotismo dos habitantes desta.

Guardo em mente de popularis as acropaxiações, levantando othorristicos vivas á Republica e á Constituição.

Inumeros grupos accorreu por longo tempo, durante a paratata anti-natinal dos militares, e os diferentes bairro da cidade ficava desde então repletos de espectadores.

As seis horas da manhã, a cidade...

As quatro horas da tarde uma brigada composta do 3.º Batalhão e do Corpo Militar do Estado, com as carabinas enfeitadas de ramolhos de flores, marchou, a ao comando do bravo coronel Pedro Antonio Nery, diante da guarnição, através da praça de Armas do Alameda, e depois das contiendias de se-tylo, percorreu a cidade em brillante passeo de militar, acompanhado e victoriado por enorme sequito.

Estabelecida, em fim, em grande paradeo na Praça da Republica, onde exhibiu essa disciplina e pericia notaveis, durante longos minutos, diferentes manobras, que duraram até 7.1/2 horas da noite.

Após os vivas do costume, áramos, derramadas as descargas de alegria, que remataram a festa.

Por muito tempo ainda a Praça da Republica e as adjacentes conservaram a animação e concorridas, notando-se sempre a mesma ordem animação, até a meia-noite.

O Excm. Governador, acompanhando o de numero de amigos, visitou a tarde, da casa do padre Dr. Chaves Filho.

Assim terminaram as celebrações do dia 15 de Novembro.

Figura 6 - Capa do suplemento da edição de 18 de novembro de 1893, publicado pela A República em homenagem ao 15 de Novembro.

Anexo B - Tabelas

Tabela 1  
*A República*  
 Relação Ano/Publicação de artigos  
 Período de 1890 a 1896

ANO	DATAS
1890	15 de Novembro
1891	21 de Abril 19 de Março*
1892	21 de Abril 13 de Maio* 07 de Setembro 15 de Novembro 23 de Novembro 28 de Fevereiro 21 de Abril
1893	13 de Maio 15 de Novembro 23 de Novembro 24 de Fevereiro
1894	21 de Abril 14 de Julho 15 de Novembro 28 de Fevereiro
1895	14 de Julho 12 de Outubro* 15 de Novembro
1896	21 de Abril 13 de Maio 07 de Setembro 15 de Novembro 23 de Novembro



Tabela 2  
*A República*  
 Relação Datas/Número de Artigos por data  
 Período de 1890 a 1896

DATAS	NÚMERO DE ARTIGOS
15 de Novembro	6
21 de Abril	5
13 de Maio	3
23 de Novembro	3
28 de Fevereiro	2
14 de Julho	2
07 de Setembro	2
24 de Fevereiro	1
19 de Março*	1
12 de Outubro*	1

\* Datas apenas mencionadas em artigos não referentes a elas.

Tabela 3  
Relação dos anos em que *A República* registrou algum tipo de comemoração em Natal nas datas pesquisadas

<b>Anos</b>	<b>Datas</b>
1893	28 de Fevereiro
1895	
1892	7 de Setembro
1896	
1890	
1892	
1893	15 de Novembro
1895	
1896	
1892	23 de Novembro

Tabela 4  
*Rio Grande do Norte*  
 Relação Ano/Publicação de artigos  
 Período de 1890 a 1896

ANO	DATAS
1890	14 Julho 15 de Novembro
1891	21 de Abril 13 de Maio 12 de Junho* 14 de Julho 07 de Setembro 15 de Novembro
1892	21 de Abril 14 de Julho 15 de Novembro
1893	01 de Janeiro 28 de Fevereiro 21 de Abril 14 de Julho 07 de Setembro 15 de Novembro
1894	13 de Maio 12 de Junho 14 de Julho 07 de Setembro 15 de Novembro 23 de Novembro
1895	24 de Fevereiro 21 de Abril 14 de Julho 07 de Setembro 15 de Novembro
1896	21 de Abril 13 de Maio 15 de Novembro

Tabela 5  
*Rio Grande do Norte*  
 Relação Datas/Número de Artigos por data  
 Período de 1890 a 1896

DATAS	NÚMERO DE ARTIGOS
15 de Novembro	7
14 de Julho	6
21 de Abril	5
07 de Setembro	4
13 de Maio	3
12 de Junho	2
01 de Janeiro*	1
24 de Fevereiro	1
23 de Novembro	1

\* Datas apenas mencionadas em artigos não referentes a elas.

Tabela 6  
*O Caixeiro*  
 Relação Ano/Publicação de artigos  
 Período de 1892 a 1894

ANO	DATAS
1892	07 de Setembro 15 de Novembro 23 de Novembro 28 de Novembro
1893	28 de Fevereiro 15 de Novembro 28 de Novembro
1894	28 de Fevereiro

Tabela 7  
*O Caixeiro*  
 Relação Datas/Número de Artigos por data  
 Período de 1892 a 1894

DATAS	NÚMERO DE ARTIGOS
28 de Fevereiro	2
07 de Setembro	1
15 de Novembro	2
23 de Novembro	1
28 de Novembro	2

Tabela 8  
*O Nortista*  
 Relação Ano/Publicação de artigos  
 Período de 1892 a 1894

ANO	DATAS
1892	21 Abril 13 de Maio 14 de Julho
1893	24 de Fevereiro 15 de Novembro
1894	13 de Maio 15 de Novembro

Tabela 9  
*O Nortista*  
 Relação Datas/Número de Artigos por data  
 Período de 1892 a 1894

ANO	NÚMERO DE ARTIGOS
15 de Novembro 13 de Maio	2 Cada
24 de Fevereiro 21 Abril 14 de Julho	1 Cada

Tabela 10  
*Diário do Natal*  
 Relação Ano/Publicação de artigos  
 Período de 1895 a 1896

ANO	DATAS
1895	07 de Setembro 15 de Novembro
1896	07 de Setembro 15 de Novembro

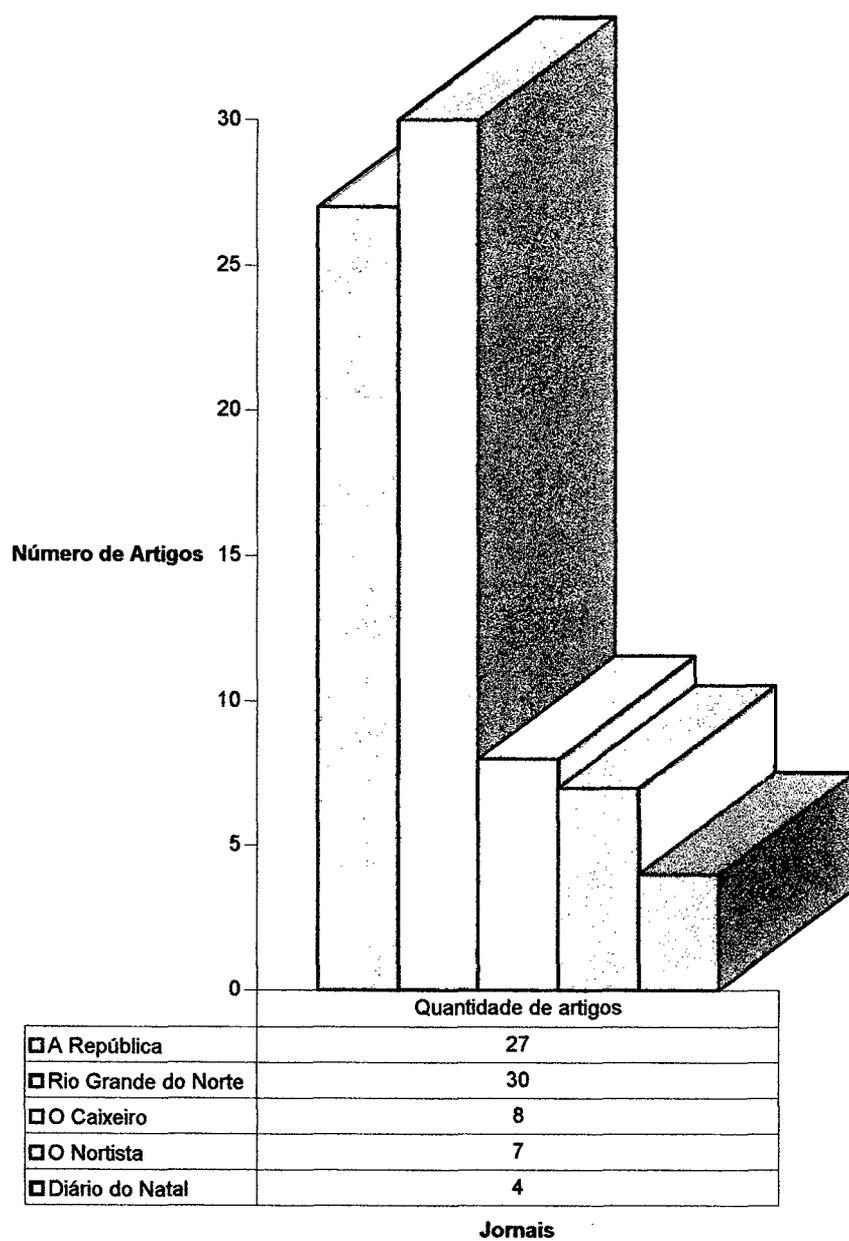
Tabela 11  
*Diário do Natal*  
 Relação Datas/Número de Artigos por data  
 Período de 1895 a 1896

DATAS	NÚMERO DE ARTIGOS
07 de Setembro 15 de Novembro	2 2

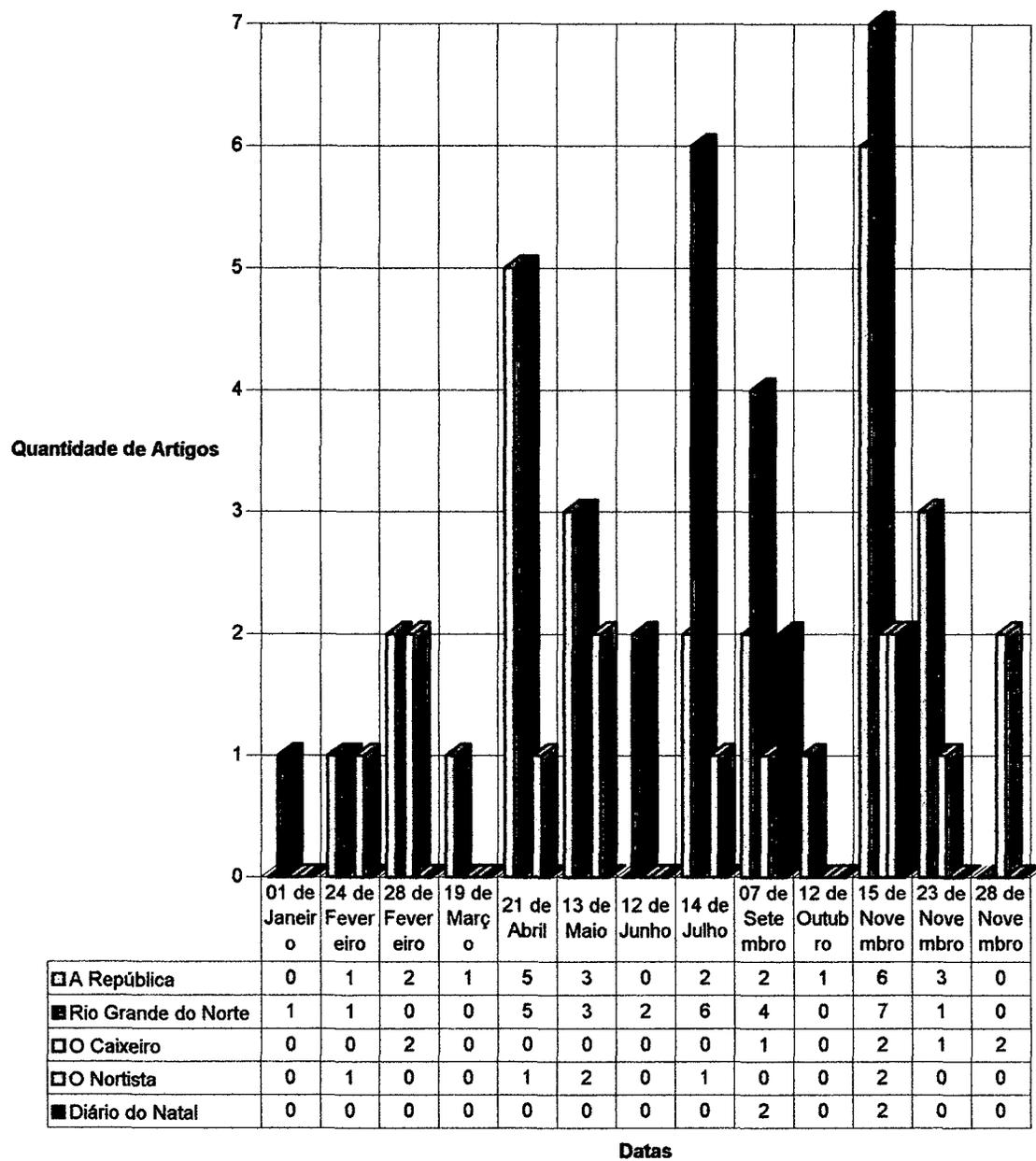
## Anexo C - Gráficos

### Quantidade de Artigos Publicados

□	A República
▣	Rio Grande do Norte
□	O Caixeiro
□	O Nortista
▣	Diário do Natal



**Demonstração Datas/Jornais**



□ A República ■ Rio Grande do Norte □ O Caixeiro □ O Nortista ■ Diário do Natal